



IPAC
acreditação

**relatório
anual de
2021**

ÍNDICE

1	Introdução	3
1.1	Breve análise conjuntural	3
1.2	A atividade de acreditação	4
2	Estrutura e Recursos	6
2.1	Recursos Humanos	6
2.1.1	Recursos internos	6
2.1.2	Serviços de apoio	9
2.1.3	Recursos externos	9
2.2	Recursos Financeiros	11
2.3	Recursos Materiais	12
2.3.1	Instalações	12
2.3.2	Sistema informático	12
2.3.3	Arquivo	12
2.4	Recursos Organizacionais	13
2.4.1	Estrutura	13
2.4.2	Comissões IPAC	13
2.4.3	Sistema de Gestão	13
2.4.4	Gestão de Riscos	14
2.4.5	Processos de melhoria	15
2.4.6	Processos de controlo	17
3	Resultados	20
3.1	Resultados Operacionais	20
3.1.1	Acreditações	20
3.1.2	Avaliações realizadas	23
3.1.3	Eventos e ações realizadas ou participadas	27
3.1.4	Publicidade institucional	27
3.1.5	Comissões externas	27
3.1.6	Atividades de desenvolvimento e cooperação institucional	27
3.1.7	Atividades internacionais	28
3.1.8	Reconhecimento e Acordos internacionais	31
3.1.9	Resultados estatísticos da Acreditação	33
3.1.10	Resultados da Certificação Acreditada	37
3.2	Resultados Económicos e Financeiros	42
3.2.1	Execução orçamental	42
3.2.2	Análise económica	44
3.2.3	Análise financeira	46
4	Conclusões	47
5	Anexos	49
5.1	QUAR 2021	49
5.2	Símbolos de acreditação do IPAC	55

Relatório referido a 30-04-2022

INSTITUTO PORTUGUÊS DE ACREDITAÇÃO
PORTUGUESE ACCREDITATION INSTITUTE

Rua António Gião, 2, 4º
2829-513 Caparica
E-mail: acredita@ipac.pt

Tel: +351.212948201
Fax: +351.212948202
Internet www.ipac.pt

1 INTRODUÇÃO

O presente Relatório tem por objetivo dar a conhecer os resultados da atividade desenvolvida pelo Instituto Português de Acreditação, I.P. (IPAC) durante o ano de 2021.

2021 continuou a ser um ano diferente de outros anteriores, na medida em que a pandemia pelo COVID-19 causada pelo vírus SARS-CoV-2, declarada em março de 2020, marcou o quotidiano social, cultural e laboral de todo o Mundo. Em Portugal vigorou o estado de emergência até 30-04-2021, depois o estado de calamidade até 20-08-2021, a que sucedeu o estado de contingência, passando a situação de alerta a partir de 29-09-2021.

O IPAC esteve em teletrabalho integral durante o estado de emergência, passando depois a regime alternado com equipas em espelho quando cessou aquele estado. A experiência de teletrabalho não teve impacto negativo para a produtividade do IPAC, já que os serviços prestados possibilitavam uma atuação remota, apenas a realização de avaliações induzia maiores desafios de manutenção da sua eficácia.

1.1 Breve análise conjuntural

O IPAC foi constituído pelo decreto-lei n.º 125/2004 de 31 de maio (lei orgânica inicial, depois revogada), tendo os correspondentes estatutos ficado estabelecidos pela portaria n.º 283/2005 de 21 de março (também revogada posteriormente). O IPAC sucedeu assim ao Instituto Português da Qualidade, I.P. (IPQ) como organismo nacional de acreditação, tendo-se autonomizado deste para cumprimento de normativos comunitários.

A publicação do [Regulamento \(CE\) n.º 765/2008](#) do Parlamento Europeu e do Conselho de 9 de julho de 2008, estabelecendo um enquadramento legal para o funcionamento da acreditação em todos os países da União Europeia, consolidou a atuação do IPAC, pois exigiu que a competência para operar a acreditação como um exercício de autoridade pública fosse atribuída a um único organismo nacional de acreditação. O Regulamento exigiu ainda que fossem separadas as suas funções e atribuições de outras autoridades nacionais, não podendo prosseguir fins lucrativos, nem possuir ações ou outros interesses financeiros ou de gestão em organismos de avaliação da conformidade, nem competir com estes (ou vice-versa).

Este Regulamento contém diversas obrigações para Portugal e para o IPAC, nomeadamente a obrigação de o IPAC ser membro da infraestrutura europeia de acreditação (*European cooperation for Accreditation* - EA) e submeter-se ao seu sistema de avaliação pelos pares. O dito Regulamento obriga ainda a cumprir os normativos aplicáveis (ISO/IEC 17011) para que o IPAC seja signatário dos Acordos de Reconhecimento Mútuo da EA.

Neste sentido, e também para conformar com a revisão da lei quadro dos institutos públicos, foram revistas em 2012 a sua lei orgânica, pelo [decreto-lei n.º 81/2012](#) de 27 de março, e os estatutos, pela [portaria n.º 377/2012](#) de 20 de novembro, estipulando como órgão de direção um Conselho Diretivo composto por um Presidente e um Vice-Presidente. Foram definidas 4 unidades, sendo uma delas de administração geral e as outras três de acreditação para cada um dos domínios operacionais do IPAC. Singularmente, não foi consagrada a existência de dirigentes intermédios, o que constitui cada vez mais um obstáculo ao funcionamento mais eficiente e ágil da organização.

O Conselho Diretivo em funções durante 2021 foi nomeado em fevereiro desse ano pelos [despachos n.º 1528/2021](#) (Presidente) e [n.º 1529/2019](#) (Vice-Presidente), ambos de 9 de fevereiro - tendo sido publicada em Diário da República a Deliberação n.º 1130/2021, de 2 de novembro, com a delegação de competências do Conselho Diretivo nos seus membros. A renovação do mandato do Fiscal Único foi feita pelo despacho n.º 2627/2020 de 14 de março.

Enquanto instituto público, com personalidade jurídica, autonomia financeira e administrativa e património próprio, o IPAC esteve em 2021 sob a tutela do Ministro da Economia e Transição Digital, tendo prosseguido a sua missão de fornecer serviços de acreditação reconhecidos internacionalmente, visando manter a competitividade dos agentes económicos que deles dependem ou usufruem.

1.2 A atividade de acreditação

O que é a acreditação? A acreditação consiste num processo de reconhecimento da competência técnica de entidades para executarem determinadas atividades de avaliação da conformidade.

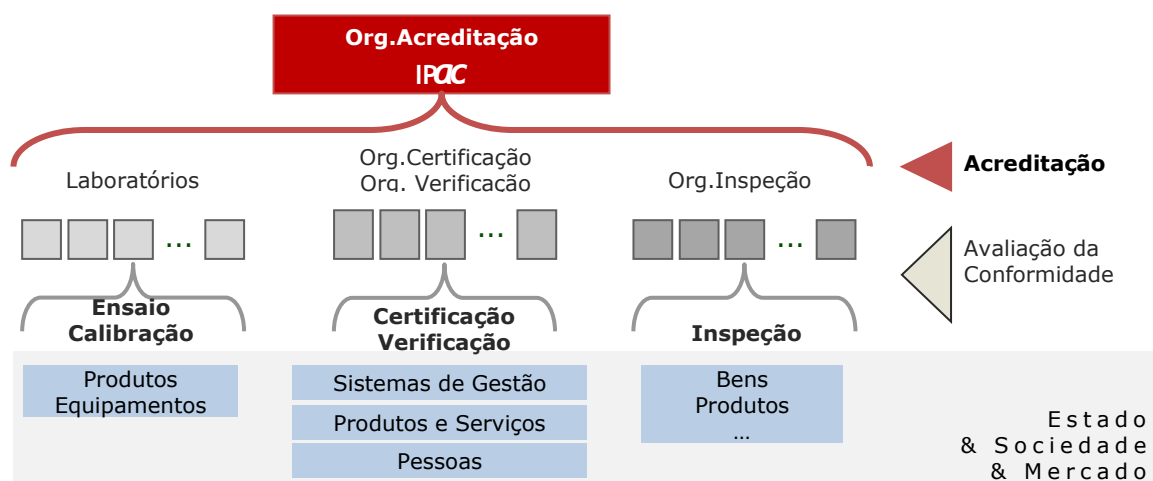
Estas atividades de avaliação da conformidade podem consistir na realização de:

- **Ensaios**, quer sejam a produtos industriais, ambientais, géneros alimentícios ou de saúde humana; estes ensaios, análises e exames podem destinar-se a vários fins, nomeadamente para verificar a conformidade com a legislação nacional e comunitária, ou com especificações de marcas e normas internacionais para fins comerciais;
- **Calibrações**, de padrões e instrumentos de medição; estas calibrações visam demonstrar a aptidão dos equipamentos para os fins a que se destinam;
- **Certificação de sistemas de gestão** (e.g. qualidade, ambiente, segurança e saúde no trabalho, segurança alimentar, etc.); a certificação do sistema de gestão visa proporcionar confiança nos resultados da atividade certificada, e é feita com base em normas internacionais;
- **Certificação de produtos**, que visa demonstrar a conformidade dos produtos (ou processos ou serviços) com determinados requisitos, estabelecidos em normas ou normativos nacionais ou internacionais, ou pelo próprio organismo certificador;
- **Certificação de pessoas**, que atesta a competência das pessoas certificadas para realizarem determinadas atividades profissionais, de acordo com padrões e normas estabelecidas;
- **Inspecões**, a produtos, equipamentos, instalações, processos ou projetos, com vista a demonstrar a sua conformidade com requisitos gerais ou específicos; a atividade de inspecões é normalmente executada com vista a garantir a segurança de pessoas e bens, e enquadrada em disposições legais e regulamentares;
- **Verificações EMAS**, com vista a avaliar a conformidade de empresas com a legislação ambiental e a validar a declaração ambiental e o sistema de ecogestão e auditoria de acordo com o Regulamento Comunitário EMAS;
- **Verificações GEE**, com vista a verificar e validar a fiabilidade dos dados reportados pelas empresas sobre a emissão de gases de efeito de estufa (GEE), nomeadamente de acordo com regulamentos comunitários.

Porque existe?

Dado que os organismos de avaliação da conformidade concorrem entre si no mercado (nacional e internacional), com um impacto direto na sociedade e na economia, foi criado um mecanismo de regulação técnica e não económica, a acreditação, que monitoriza a competência técnica desses organismos.

A acreditação constitui ainda uma ferramenta de racionalização da Administração Pública, permitindo delegar tarefas e serviços executados pelo Estado em terceiros, mantendo ao mesmo tempo um controlo técnico e independente sobre as prestações de serviço que são delegadas.



Onde existe?

O desenvolvimento das atividades de acreditação na Europa está ligado à criação do Mercado Interno, visando remover barreiras técnicas ao comércio intracomunitário através da aceitação mútua de bens e serviços cuja avaliação de conformidade tenha sido feita por entidades acreditadas - deste modo a acreditação alargou-se a todos os países da União Europeia e dado que a Europa está inserida num mercado mundial de bens e serviços, estendeu-se depois a todos os países desenvolvidos.

Que regras cumpre?

Para que exista uma aceitação mútua das creditações entre diferentes países é necessário que a acreditação seja efetuada de forma semelhante e equivalente nesses países, usando os mesmos critérios e procedimentos, por organismos de acreditação que se demonstrem também eles equivalentes. A atividade de acreditação rege-se assim pela mesma norma internacional (ISO/IEC 17011).

Dada a importância e vontade de recurso à acreditação pelas autoridades comunitárias e nacionais, foi publicado o Regulamento (CE) nº 765/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece um enquadramento legal único para o funcionamento da acreditação em todos os países da União Europeia e EFTA, visto esta também o ter adotado.

Qual o reconhecimento?

Existe um sistema de reconhecimento mútuo das creditações pela infraestrutura europeia de acreditação (EA, *European cooperation for Accreditation*) que requer a participação com sucesso em avaliações pelos pares periódicas, bem como a participação em trabalhos de harmonização e desenvolvimento da atividade de acreditação.

Com a globalização do mercado, os acordos iniciais existentes a nível europeu alargaram-se para o foro mundial, através dos acordos das confederações internacionais de acreditadores ILAC (*International Laboratory Accreditation Cooperation*) e IAF (*International Accreditation Forum*).

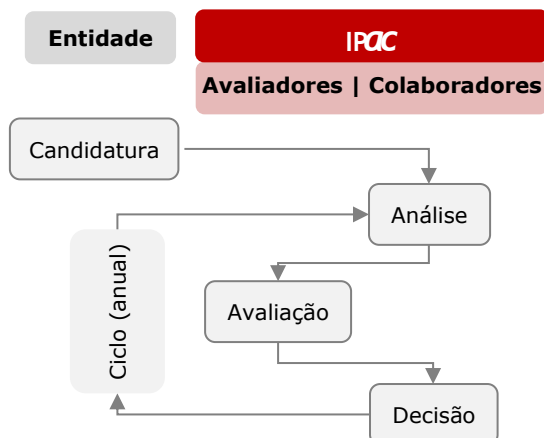
O já referido Regulamento (CE) nº 765/2008 estabelece que as autoridades nacionais da UE são obrigadas a reconhecer como equivalentes as creditações concedidas pelos organismos de acreditação signatários do Acordo de Reconhecimento Mútuo da EA.

A Decisão 768/2008/CE, também integrada no mesmo pacote legislativo comunitário, prevê o recurso à acreditação como suporte para a notificação, no âmbito da defesa da marcação CE e da livre circulação de produtos no Mercado Interno.

O Regulamento (CE) nº 764/2008 completa o mencionado pacote legislativo comunitário e estipula o reconhecimento mútuo das creditações concedidas pelos signatários do Acordo de Reconhecimento Mútuo da EA também na área não-harmonizada sujeita a regras técnicas.

Como se efetua?

O processo de acreditação segue os requisitos internacionais estipulados pela norma ISO/IEC 17011, bem como as disposições da EA, ILAC e IAF. Compreende uma fase de candidatura, a sua análise, a avaliação da entidade, e a posterior decisão de acreditação, seguida de ciclos de monitorização do cumprimento continuado dos requisitos de acreditação, com avaliações anuais - todo o processo de acreditação está descrito no Regulamento Geral de Acreditação ([DRC001](#)), disponível na página eletrónica do IPAC, sendo complementado por Procedimentos de Acreditação específicos de cada área (Laboratórios, Certificação, Inspeção, Verificação).



A avaliação da competência técnica da entidade para executar as atividades no âmbito da acreditação é feita recorrendo a um corpo de avaliadores, treinados e qualificados pelo IPAC.

No processo de decisão é tido em conta as ações corretivas da entidade, o parecer dos avaliadores e outras informações eventuais, podendo a entidade avaliada, se quiser, recorrer da decisão.

Com a concessão da acreditação há lugar à emissão de um Certificado de Acreditação e do correspondente Anexo Técnico, que descreve o âmbito concedido.

2 ESTRUTURA E RECURSOS

2.1 Recursos Humanos

2.1.1 Recursos internos

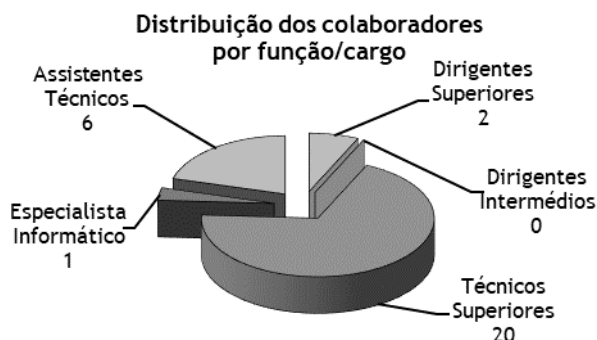
O Mapa de Postos de Trabalho aprovado para 2021 está abaixo indicado.

MAPA de POSTOS de TRABALHO - ANO de 2021						
Unidade Orgânica	Área funcional	Função/Cargo	Área de formação académica e/ou profissional	N.º de postos trabalho	Efetivos a 31-dez	Efetivos durante 2021
Direção	Direção superior	Conselho Diretivo: Presidente e Vice-Presidente	Licenciatura	2	2	2,0
	Técnico Superior	Apoio jurídico e administrativo	Licenciatura em Direito	1	1	1,0
	Assistente Técnico	Secretariado, apoio logístico e administrativo	12.º ano	2	2	2,0
Unidade de acreditação de Laboratórios (UaL)	Técnico Superior	Coordenação e Gestão de Processos de Acreditação	Licenciatura em Ciências Físicas, Químicas, Biológicas, Naturais ou Tecnológicas e correspondentes ramos de Engenharia (1)	1	0	0,0
	Técnico Superior	Gestão de Processos de Acreditação	Licenciatura em Ciências Físicas, Químicas, Biológicas, Naturais ou Tecnológicas e Engenharias afins (1)	11	10	10,0
Unidade de acreditação de Organismos de Certificação (UaOC)	Técnico Superior	Coordenação e Gestão de Processos de Acreditação	Licenciatura em Ciências Físicas, Químicas, Biológicas, Naturais ou Tecnológicas e correspondentes ramos de Engenharia (1)	1	1	1,0
	Técnico Superior	Gestão de Processos de Acreditação	Licenciatura em Ciências Físicas, Químicas, Biológicas, Naturais ou Tecnológicas e Engenharias afins (1)	2	1	1,7
Unidade de acreditação de Organismos de Inspeção (UaOI)	Técnico Superior	Coordenação e Gestão de Processos de Acreditação	Licenciatura em Ciências Físicas, Químicas, Biológicas, Naturais ou Tecnológicas e correspondentes ramos de Engenharia (1)	1	1	1,0
	Técnico Superior	Gestão de Processos de Acreditação	Licenciatura em Ciências Físicas, Químicas, Biológicas, Naturais ou Tecnológicas e Engenharias afins (1)	3	3	3,0
Unidade de Administração Geral (UAG)	Técnico Superior	Coordenação e Gestão de Processos administrativos e financeiros	Licenciatura em Direito, Gestão, Contabilidade, Economia ou afins	1	1	1,0
	Técnico Superior	Gestão administrativa, financeira, patrimonial e de recursos humanos	Licenciatura em Direito, Gestão, Contabilidade, Economia ou afins	1	1	1,0
	Especialista de informática	Gestão de meios e comunicações informáticas, incluindo o website e portal SIGA, e Processos de Acreditação	Licenciatura em Informática ou afins	1	1	1,0
	Assistente Técnico	Processamento administrativo, recursos humanos, financeiros e patrimoniais	12.º ano	4	4	4,0
Total				31	28	28,7

(1) - As licenciaturas específicas para estes postos de trabalho são interdependentes entre si para complementar valências técnico-científicas

À data de 31-12-2021 estavam afetos ao IPAC 29 efetivos, distribuídos da seguinte forma:

- 2 dirigentes superiores (um dos quais pertencente ao quadro de outro serviço);
- 20 técnicos superiores;
- 1 especialista de informática;
- 6 assistentes técnicos.



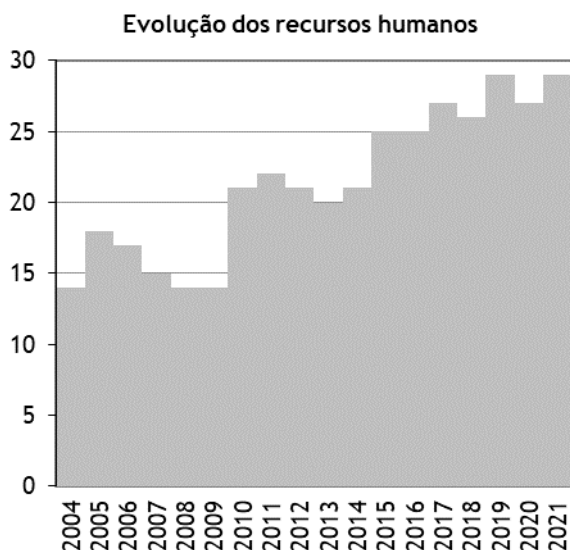
A equipa de trabalho está listada na contracapa deste relatório.

Este enquadramento resultou numa pontuação de recursos humanos disponíveis inferior ao planeado no QUAR para 2021 (ver Anexo 5.1).

O Conselho Diretivo foi nomeado em fevereiro de 2021 na sequência de processo de recrutamento conduzido pela CRESAP.

Relativamente ao preenchimento do Mapa de Postos de Trabalho para 2021, verificou-se que ficaram por preencher 2 postos de técnico superior.

Contudo, ao nível do pessoal assistente técnico, o Mapa de Postos de Trabalho encontra-se preenchido e a necessitar de reforço, face ao aumento de volume de trabalho decorrente das novas exigências contabilísticas e legais, para além do aumento dos serviços prestados pelo IPAC.

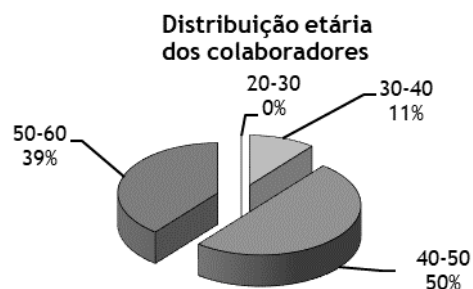


A evolução dos recursos humanos do IPAC ao longo dos anos está apresentada na figura ao lado, salientando-se o acréscimo verificado em 2010, e novo reforço em 2015 para constituição da Unidade de Administração Geral.

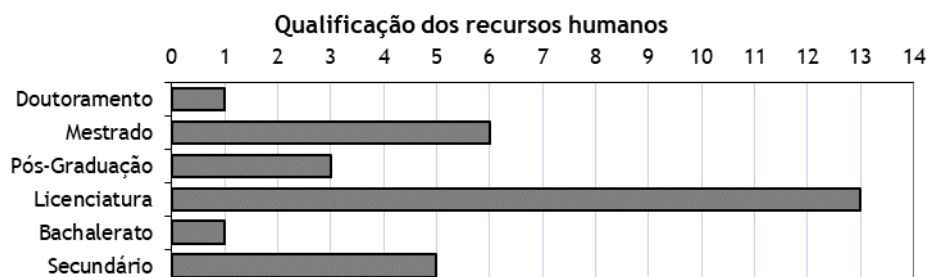
Será de realçar o seguinte desde 2004:

- carga operacional (avaliações e decisões anuais) cresceu cerca de 150%;
- participação em acordos multilaterais de reconhecimento aumentou 183%;
- n.º recursos humanos aumentou 107% (já contando o pessoal afeto a serviços de apoio em 2004).

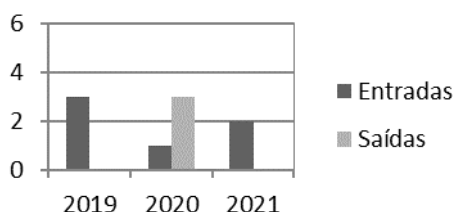
A distribuição dos recursos humanos do IPAC por sexo e por faixa etária (ver figuras abaixo) mostra uma população maioritariamente feminina e relativamente jovem (média etária de 46,5 anos).



A atividade de acreditação requer um grande nível de tecnicismo, o que está patente no elevado nível de habilitações dos seus colaboradores (ver quadro a seguir) e na sua diversificação por várias áreas científicas.



A taxa de colaboradores com habilitação superior em 2021 foi de 83% e a taxa de colaboradores com mestrados e pós-graduações foi de 55%.



A taxa de rotatividade dos colaboradores (7%) diminuiu em 2021 face aos anos anteriores (15% em 2020 e 10% em 2019, ver figura ao lado).

Foi efetuada a audição dos colaboradores através de um questionário de avaliação da satisfação interna, tendo sido obtidas 19 respostas válidas de um universo de 29 colaboradores (taxa de resposta de 67%, superior aos 57% de 2020).

O nível de satisfação global apurado foi de 3,2 na escala utilizada (1 = Muito Insatisfeito; 4 = Muito Satisfeito), o que denota uma larga maioria de colaboradores satisfeitos, conforme apresentado abaixo na figura abaixo. Transpondo para uma escala de 0 a 20, o valor correspondente (14,4) é superior ao de 2020 (12,9), denotando um aumento da satisfação.



A experiência de teletrabalho forçada pela pandemia pelo COVID-19, consolidou-se e provou-se não baixar o desempenho profissional, havendo vários colaboradores a realçarem a elevada melhoria na conciliação da vida pessoal, familiar e profissional que tal regime proporciona, bem como a indicarem as vantagens de poupança em custos e tempo de deslocações.

A adoção de um regime híbrido de prestação de serviço presencial e remoto confirma-se como sendo a expectativa de quase todos os colaboradores.

Foi delineado um programa de formação dos colaboradores para 2021, naturalmente perturbado pela pandemia pelo COVID-19 que cancelou ou adiou as ações presenciais que não puderam ser reconvertidas para o formato remoto, tendo sido realizadas as seguintes ações:

MAPA de FORMAÇÃO INTERNA - ANO de 2021				
DS	TS	AT	TOTAL	de participações
2	20	6	28	Ações de Formação
1	19	7	27	Ação de Sensibilização em Ciber-higiene
0	4	0	4	Portal de Administração de Recursos
1	3	0	4	Gestão Orçamental
0	4	0	4	Gestão Financeira - Despesa
0	4	0	4	Portal de Recursos Humanos
0	6	0	6	Gestão de Aprovisionamento
0	4	0	4	Gestão de Ativos
0	4	0	4	Gestão Financeira - Receita
0	8	0	8	Despesa integrada - Compras
0	2	0	2	Sistema de Prestação de Contas
0	2	0	2	Tabelas Base Financeira
0	4	0	4	Processamento de Vencimentos
0	4	0	4	Gestão de Tesouraria
0	4	0	4	Home Banking
0	1	0	1	DPO PRO - Encarregado de Proteção de Dados
1	0	0	1	LEAF Training
2	0	0	2	EA TL/DTL Training (remote)
0	4	0	4	Sistema de Gestão Financeira e Recursos Humanos
0	4	0	4	Reconciliação Bancária
0	4	0	4	Gestão de Assiduidade

Em 2021 foram realizadas um total de 20 ações de formação, quase sempre por meios remotos, envolvendo 28 colaboradores de todas as Unidades.

A participação por género e categoria está detalhada ao lado.

Participantes por género e carreira				
	M	F	Total	Efetivos
DS	2	0	2	2
TS	4	15	19	20
EI	1	0	1	1
AT	0	6	6	6
TOTAL	7	21	28	29

Alguns colaboradores estiveram ainda envolvidos e participaram em ações de formação e harmonização com os avaliadores externos do IPAC, conforme indicado em 2.1.3 .

2.1.2 Serviços de apoio

Em 2021 o IPAC recorreu à prestação centralizada de serviços informáticos pela Secretaria Geral da Economia, bem como à contratação centralizada nos termos legais aplicáveis. Foram ainda contratados serviços de apoio nas áreas financeira e de medicina no trabalho.

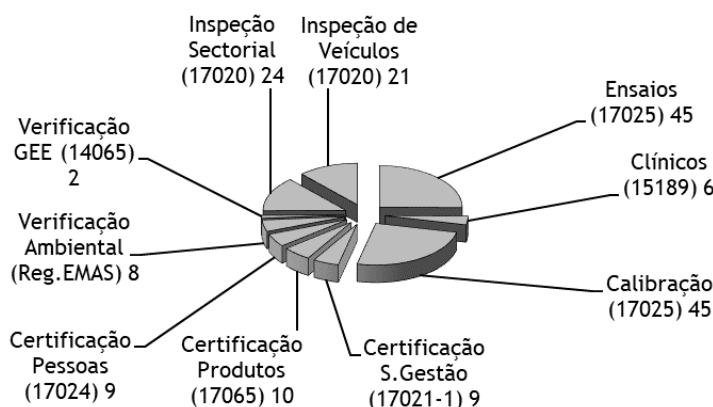
2.1.3 Recursos externos

Para realizar as avaliações das entidades acreditadas o IPAC recorre a uma Bolsa de Avaliadores, alimentada por um processo de qualificação específico, conforme requerido normativamente. Esta Bolsa de Avaliadores diferencia as funções executadas e competências técnicas manifestadas, integrando Avaliadores Coordenadores, Avaliadores Técnicos e Peritos Técnicos.

A **Bolsa de Avaliadores** é gerida por uma **Comissão de Gestão**, que se reuniu 9 vezes em 2021, das quais resultaram 34 novas qualificações, 24 requalificações e 17 desqualificações.

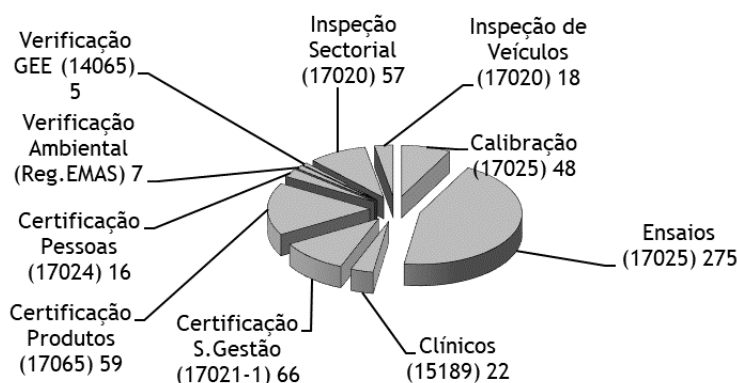
Nas figuras seguintes estão apresentadas as qualificações existentes no final de 2021, distribuídas por esquema de acreditação, refletindo a diversidade e natureza de solicitações que o IPAC tem de responder - salienta-se a preponderância de avaliadores para laboratórios.

Avaliadores Coordenadores



À data de 31-12-2021 estavam qualificadas **89 pessoas** como **Avaliadores Coordenadores** (69 em 2020), as quais reuniam um total de **179 qualificações** distintas (179 em 2020), como apresentado na figura ao lado - cada avaliador coordenador está qualificado para pelo menos um esquema de acreditação, havendo 66 pessoas com múltiplas qualificações (média de 2,0 qualificações por pessoa), o que explica o total de qualificações alcançado.

Avaliadores e Peritos Técnicos



À data de 31-12-2021 estavam qualificadas **437 pessoas** (424 em 2020) como **Avaliadores ou Peritos Técnicos**, reunindo **616 qualificações** distintas ao nível de esquemas de acreditação (601 em 2020), desdobrando-se em **1164 qualificações** ao nível dos sectores de acreditação (1126 em 2020).

Foram realizados os seguintes **encontros com avaliadores** em 2021 para harmonização e atualização de metodologias e critérios de acreditação:

- no domínio da certificação: 1 encontro sectorial para a área do regulamento de produção biológica, em parceria com a DGADR - atenta a pandemia pelo COVID-19, estes encontro realizou-se de forma remota;
- no domínio da inspeção: uma sessão de debate para a área dos organismos de inspeção de veículos com vista ao aprofundamento da harmonização na interpretação de metodologias e critérios introduzidos pelo novo quadro regulamentar;
- no domínio dos laboratórios: uma sessão de debate quanto à avaliação de incertezas de medição em ensaios microbiológicos.

2.2 Recursos Financeiros

Desde a criação do IPAC em 2004 que tem sido seguida uma política de autossustentabilidade - desta forma foi proposto o orçamento de funcionamento abaixo para 2021, seguindo esse princípio.

AUTO-FINANCIAMENTO	2021		2020
ORÇAMENTO DE DESPESA	Proposto	Aprovado	Proposto
DESPESAS COM O PESSOAL	1 226 630	1 226 630	1 179 481
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	1 966 500	1 966 500	2 014 170
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	176 204	176 204	180 289
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	721 326	721 326	718 435
AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	162 370	162 370	166 000
TOTAL	4 253 030	4 253 030	4 258 375

ORÇAMENTO DE RECEITA	Proposto	Aprovado	Proposto
VENDA DE BENS E SERVIÇOS	4 253 030	4 253 030	4 258 375
LABORATÓRIOS	2 150 000	2 150 000	2 150 000
ORGANISMOS DE CERTIFICAÇÃO	500 000	500 000	500 000
ORGANISMOS DE INSPEÇÃO	1 000 000	1 000 000	1 000 000
MARCA	552 172	552 172	552 172
OUTROS	50 858	50 858	56 203
TOTAL	4 253 030	4 253 030	4 258 375

Conforme se demonstra, o IPAC não previu quaisquer verbas do orçamento geral do Estado, suportando todas as despesas a partir das receitas próprias que obtém (autofinanciamento).

O montante proposto pelo IPAC para o orçamento de 2021 correspondeu ao aprovado na Lei do Orçamento de Estado, conforme também consta acima (ver também a secção 3.2.1).

2.3 Recursos Materiais

Sendo o IPAC um fornecedor de serviços, não houve necessidade de constituir património significativo para a sua operacionalização, uma vez que os principais recursos materiais (instalações e mobiliário) foram disponibilizados através de protocolo celebrado com o IPQ.

Tal situação manteve-se em 2021, sendo o património essencialmente constituído por equipamento informático e administrativo.

2.3.1 Instalações

O IPAC está sedado no Monte de Caparica, nas instalações do IPQ sitas na Rua António Gião, e ocupa a ala nascente do 4º piso, no edifício central.

2.3.2 Sistema informático

Para gerir a atividade de acreditação o IPAC possui um sistema informático onde regista as informações relevantes dos seus processos, e que permite o planeamento de um vasto conjunto de avaliações e atividades, bem como visualizar os resultados das mesmas. Este sistema informático está suportado pela base de dados operacional gerida internamente.

A gestão financeira e de recursos humanos é também suportada em ferramentas informáticas adquiridas externamente.

O IPAC continuou a recorrer em 2021 à prestação centralizada de serviços informáticos da Secretaria Geral da Economia, como alternativa a estabelecer recursos próprios.

O IPAC criou e mantém uma página eletrónica (www.ipac.pt) com vista a permitir o acesso à informação relevante por parte dos clientes e partes interessadas, bem como divulgar e publicitar as suas atividades e as listas de entidades acreditadas.

Em 2021 foi continuada a implementação de um portal eletrónico (SIGA), com vista a permitir uma interação mais fácil e robusta com os clientes e avaliadores, e a simultaneamente adaptar a base de dados operacional às ferramentas atuais e ligando-a com os dados financeiros.

2.3.3 Arquivo

Para além do sistema informático, o IPAC mantém um arquivo físico das suas atividades, incluindo pastas para cada processo de acreditação. Existe igualmente um arquivo de processos individuais de cada avaliador, o qual pode ser consultado pelos próprios para verificação e atualização dos dados. Nos anos mais recentes, estes arquivos operacionais são essencialmente digitais.

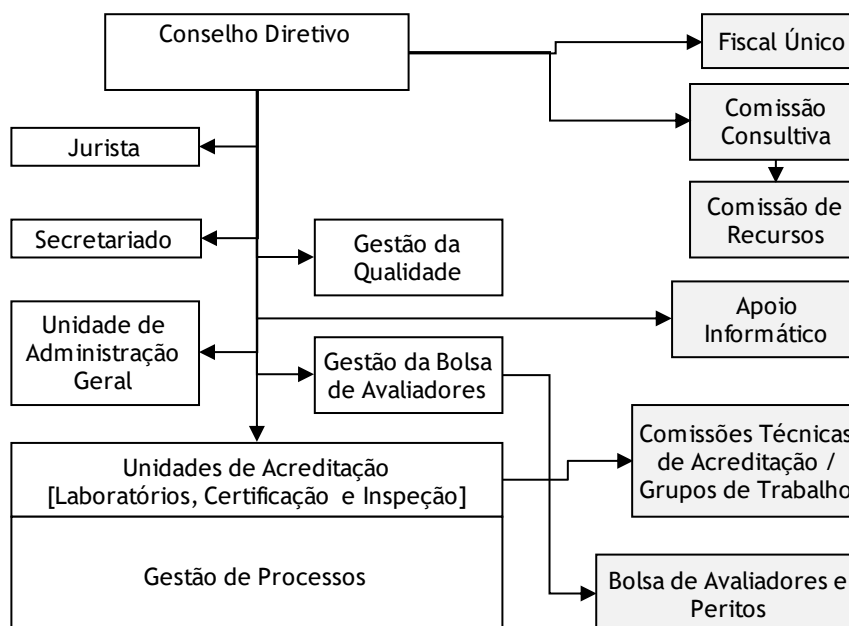
Estes arquivos são essenciais para demonstrar perante terceiros a qualidade do trabalho do IPAC, a conformidade do mesmo com as disposições aplicáveis e justificar a sua atuação.

2.4 Recursos Organizacionais

2.4.1 Estrutura

De acordo com o Regulamento (CE) 765/2008, o IPAC tem de implementar e manter uma estrutura imparcial e independente, mas que permita o envolvimento das partes interessadas, bem como um sistema de gestão - estes requisitos são também exigidos pela norma ISO/IEC 17011, indispensável para o reconhecimento internacional do IPAC.

O Conselho Diretivo implementou uma estrutura (abaixo) de acordo com a atual lei orgânica e estatutos.



2.4.2 Comissões IPAC

A **Comissão Consultiva** aconselha no desenvolvimento estratégico do IPAC e na supervisão da imparcialidade da sua atuação. Não foi realizada nenhuma reunião em 2021, uma vez que se aguardava o resultado das avaliações pelos pares da EA e também face aos constrangimentos impostos pela pandemia por COVID-19.

As **Comissões Técnicas de Acreditação** permitem a auscultação das partes interessadas (designadamente clientes, reguladores e peritos) na operacionalização dos serviços de acreditação, reunindo pelo menos anualmente.

Na área da acreditação de laboratórios estão constituídas as seguintes comissões:

- **Comissão Técnica de Acreditação de Laboratórios (CTaL)**, que abrange todas as atividades de acreditação (ensaios e calibração) pela ISO/IEC 17025. Durante o ano de 2021 não foram realizadas reuniões.
- **Comissão Técnica de Acreditação de Laboratórios Clínicos (CTaLC)**, que abrange as atividades de acreditação pela ISO 15189. Não foram realizadas reuniões em 2021.

Na área da acreditação de organismos de certificação e verificação está constituída:

- **Comissão Técnica de Acreditação de Certificadores (CTaC)**, que abrange todas as atividades de certificação e verificação. Durante o ano de 2021 foram efetuadas 2 reuniões, ambas em formato totalmente remoto.

Na área da acreditação de organismos de inspeção está constituída:

- **Comissão Técnica de Acreditação de Organismos de Inspeção (CTaI)**, que abrange todas as atividades de inspeção. Esta Comissão não se reuniu em 2021.

2.4.3 Sistema de Gestão

O IPAC tem implementado um sistema de gestão, conforme requerido pela ISO/IEC 17011, coordenado por uma Gestora da Qualidade.

Foram elaborados diversos documentos e procedimentos, centrados num Manual de Gestão - a documentação do sistema de gestão do IPAC ascendeu a **190 documentos**. Destes, uma parte significativa são públicos, estabelecendo e descrevendo o sistema nacional de acreditação, encontrando-se disponíveis na página eletrónica do IPAC.

Em 2021, foram emitidos os seguintes documentos públicos:

- OEC033 “Requisitos Específicos de Acreditação - Certificação Selo Digital de Cibersegurança”
- OEC034 “Requisitos Específicos de Acreditação - Certificação do controlo da produção de betão”

E revistos os seguintes documentos públicos:

- DEC004 “Política de privacidade”
- DRC009 “Procedimento para Acreditação de Verificadores de Gases com Efeito de Estufa”
- OEC022 “Organismos de Inspeção Setorial - Entidades Verificadores do Cumprimento dos Critérios de Sustentabilidade na Cadeia de Valor de Biocombustíveis ou Biolíquidos”
- OEC025 “Requisitos Específicos de Acreditação - Notificação”
- OEC028 “Requisitos Específicos de Acreditação - Regulamento (UE) 910/2017”
- OEC032 “Requisitos Específicos de Acreditação - Esquemas de certificação de produtos agroalimentares”

Foram ainda revistos 17 documentos internos do sistema de gestão.

Foram publicadas em 2021 as seguintes **Circulares**:

- 01/2021 Alterações de funcionamento
- 02/2021 Revisão e implementação do OEC025
- 03/2021 Processo de transição da certificação acreditada para as novas normas PEFC e informação relativa às marcas registadas PEFC
- 04/2021 Processo de transição da acreditação para certificação segundo o Regulamento (UE) n.º 2018/848

2.4.4 Gestão de Riscos

O IPAC continuou a executar o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PGRCIC), validado pela Comissão Consultiva em 2019 e disponível na [página eletrónica](#), não tendo sido conhecidos incidentes ou mudanças que recomendassem a sua alteração.

Foi elaborado um Relatório de Execução do PGRCIC, também disponível na sua [página eletrónica](#), apreciando o risco das avaliações e decisões de acreditação ocorridas, conforme resumido abaixo.

ANO	TOTAL	Risco baixo		Risco médio		Risco elevado		Média
2017	950	896	94%	54	6%	0	0%	4,9
2018	988	933	94%	55	6%	0	0%	4,9
2019	1038	998	96%	40	4%	0	0%	4,8
2020	1036	980	95%	56	5%	0	0%	5,1
2021	1012	976	96%	36	4%	0	0%	4,8
TOTAL	5024	4783	95%	241	5%	0	0%	4,9

Concluiu-se assim que dos 5024 processos analisados, o risco foi reduzido em 95% dos casos, moderado em 5% dos casos e nenhum teve risco elevado - numa escala de risco com 25 níveis, de 3 a 27, o valor médio (4,9) corresponde ao 3º nível mais baixo, o que demonstra o cuidado, atenção e rigor na eliminação, mitigação e controlo destes riscos.

Em 2021, apenas 36 das 1012 avaliações foram classificadas de risco médio, em que apenas 4 atingiram a classificação do ponto médio da escala, correspondendo a avaliações de concessão de clientes bem preparados que tiveram um número baixo de não-conformidades - contudo, os processos foram geridos por pessoas independentes das que realizaram a avaliação, foram revistos por pessoas independentes das anteriores e decididos por pessoas novamente distintas de qualquer das anteriores.

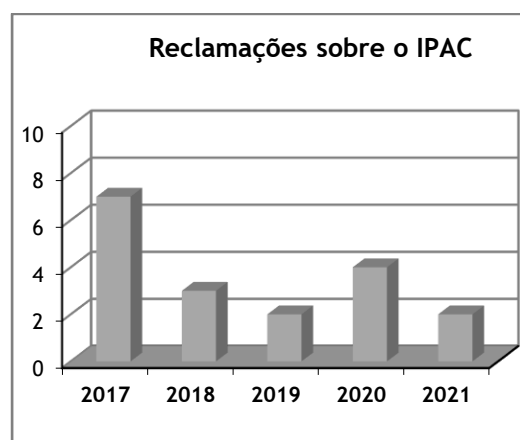
2.4.5 Processos de melhoria

Foi realizada uma auditoria interna em 2021, que incidiu na implementação do referencial ISO/IEC 17011:2017, de forma transversal à estrutura e organização do IPAC, e incluiu igualmente auditoria às diferentes Unidades de Acreditação, no que se refere à parte operacional de implementação dos procedimentos de acreditação de entidades. Esta auditoria foi coordenada por um colaborador interno e teve a participação de 3 auditores externos, os quais pertencem à Bolsa de Avaliadores do IPAC, tendo sido realizada de forma remota. O IPAC fez uma análise às situações identificadas pela equipa e que carecem de implementação de ações de melhoria, estando em curso o plano de implementação definido.

A implementação de uma política de melhoria contínua é plenamente assumida pelo IPAC, pelo que a gestão das reclamações fornece orientações valiosas, abrangendo quer a atuação do IPAC, quer a atuação das entidades acreditadas. O IPAC tem por política considerar as reclamações como oportunidades de melhoria, pelo que agradece o contributo prestado por esta via.

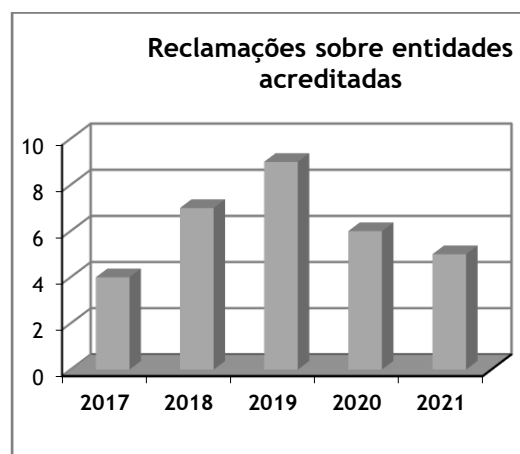
Durante o ano de 2021 foram rececionadas **2 reclamações sobre a atuação do IPAC** (4 em 2020), relacionadas com a atuação dos avaliadores e a gestão de processos. Encontra-se no gráfico ao lado a evolução nos últimos anos, verificando-se uma estabilidade.

- Ambas as reclamações provêm da área de acreditação de Laboratórios.
- Analisadas as reclamações, ambas foram consideradas não procedentes, ainda assim, num dos casos, passível de melhorias nos nossos procedimentos.
- A percentagem de reclamações face ao número de clientes continua a ser muito baixa (0,2 %)
- O prazo médio de resposta foi de 1 mês e o de fecho igualmente de 1 mês.



Em 2021 registaram-se **5 reclamações sobre entidades acreditadas**. Encontra-se nos gráficos ao lado a evolução deste tipo de reclamações nos últimos anos e a distribuição destas reclamações por domínio de acreditação - a percentagem deste tipo de reclamações em 2021 mantém-se baixa (0,6%) face ao número de acreditações concedidas.

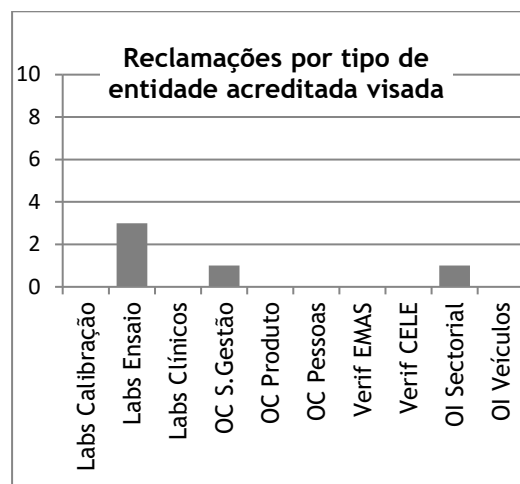
- Analisadas as reclamações, apenas 1 não foi considerada justificada, tendo sido encerrada.
- O prazo médio de resposta foi de 8 dias e o de fecho de 4 meses.



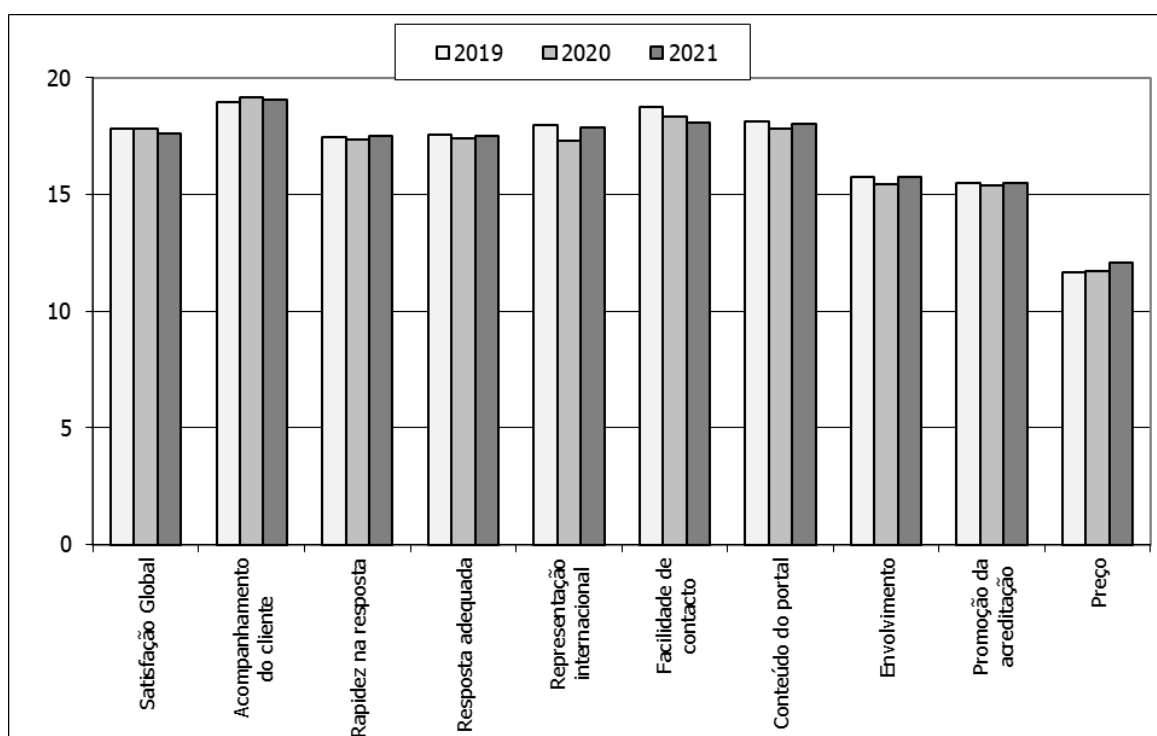
Atento o número total de clientes do IPAC e a dimensão da sua atuação, concluiu-se que o sistema de tratamento de reclamações do IPAC se tem revelado eficaz.

Na figura ao lado está a distribuição das reclamações por tipo de entidade acreditada.

As **reclamações sobre empresas certificadas**, são redirecionadas para o organismo de certificação respetivo, para que este acione o seu mecanismo de tratamento de reclamações - apenas quando este mecanismo se revela insuficiente ou inadequado, o IPAC intervém sobre o organismo de certificação. O IPAC não tem ligação contratual com as empresas certificadas, pelo que apenas pode atuar sobre os organismos de certificação para que estes atuem sobre os seus clientes.



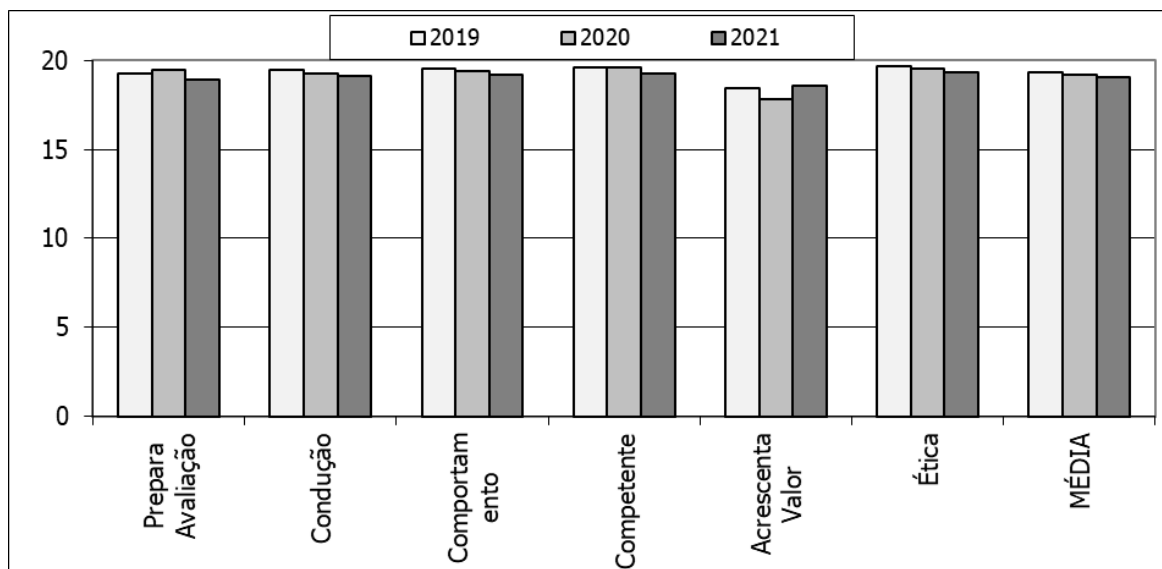
O IPAC efetua anualmente inquéritos de satisfação aos seus clientes, como meio de monitorizar o seu desempenho e estimular a melhoria contínua. Foi adotado um sistema de pontuação entre 1 (mais negativo) a 4 pontos (mais positivo) para medir a satisfação com o desempenho do IPAC, neste documento convertido para um intervalo de 0 a 20 valores para facilitar a compreensão. Encontram-se no gráfico a seguir os resultados dos **inquéritos de satisfação dos clientes quanto ao serviço prestado** nos últimos 3 anos, tendo-se obtido em 2021 cerca de 320 respostas para cerca de 880 clientes (36% respostas).



O parâmetro com avaliação mais favorável em 2021 continuou a ser o acompanhamento do cliente (19,1), com um máximo histórico, seguido da facilidade de contacto e do conteúdo do portal, enquanto o parâmetro mais penalizado continuou a ser o preço, embora com a apreciação mais positiva de sempre. De um modo geral, comparando 2021 com 2020 e 2019, os resultados denotam um padrão muito elevado (entre 15 e 20 valores), tendo-se conseguido máximos históricos em 2 dos 10 parâmetros.

O valor de 17,6 no índice de satisfação global em 2021 está perto do ano anterior (17,8 em 2020), e se considerarmos tratar-se de uma escala de 0 a 20, pode ser associado a um desempenho praticamente "Muito Bom".

O IPAC solicita também aos clientes a **apreciação do desempenho dos seus avaliadores**, apresentando-se a seguir os resultados dos últimos 3 anos (549 apreciações recebidas em 2021).



Conforme se pode ver, os parâmetros mantem-se num nível de apreciação muito elevado, fruto do trabalho de seleção e treino pelo IPAC - numa escala de 0 a 20, estão entre os 17,9 e os 19,6 valores.

O valor médio de satisfação foi de 19,1 em 20, mantendo o anterior patamar muito elevado (19,2 em 2020), o que é considerado excelente.

2.4.6 Processos de controlo

Para uma gestão mais eficaz e medição dos esforços de melhoria contínua, foi implementado um sistema de controlo por **indicadores de processo**. Estes indicadores são normalmente inseridos em sede de objetivos anuais assumidos pelo IPAC (ver QUAR - 5.1) e propagados até aos objetivos de desempenho dos colaboradores (SIADAP).

Relativamente aos resultados do QUAR, há que salientar a superação de todos os objetivos num ano particularmente difícil face à pandemia pelo COVID-19 e aos constrangimentos dela inerentes.

Foi assim alcançada uma pontuação de 125%, tendo sido classificado como um desempenho Bom, devidamente homologado pela tutela.

Analisa-se a seguir alguns indicadores específicos do sistema de controlo interno. Os tempos médios de decisão (que são contabilizados desde a data da avaliação até à correspondente data de decisão) e os tempos médios de concessão (caso particular do anterior para avaliações de concessão) - nota-se que estes tempos dependem não só da resposta interna do IPAC, mas também dos avaliadores externos e ainda dos clientes.

Em ambas as tabelas, os valores correspondentes a um dado ano de reporte incluem todos os processos fechados nesse ano, podendo haver avaliações iniciadas ainda por completar e que serão contabilizadas no próximo relatório anual, bem como existiram avaliações iniciadas antes desse ano e que ficaram fechadas e contempladas no ano de reporte.

Tempo médio de fecho de avaliações
(em meses)

Tm Decisão	2019	2020	2021
Laboratórios	5,4	7,2	6,4
Certificação	3,4	3,3	3,0
Verificação	3,8	3,7	3,5
Inspeção	4,2	3,3	3,7
GLOBAL	4,6	4,9	4,8
Nº decisões	868	803	957

Conforme indicado na tabela ao lado, o tempo médio de decisão mantém-se na zona dos 5 meses, apesar do crescimento do nº decisões por ano. A complexidade técnica dos processos de acreditação de laboratórios explica a diferença dos respetivos tempos médios de fecho, comparados com os dos restantes domínios.

Uma diminuição maior dos tempos de fecho continua condicionada pela ausência de dirigentes intermédios, que estrangula e impede a delegação da competência para decidir.

Tempo médio de fecho de avaliações de concessão (em meses)

Tm Concessão	2019	2020	2021
Laboratórios	6,1	5,1	5,7
Certificação	---	10,4	4,7
Verificação	---	---	---
Inspeção	3,4	5,1	7,3
GLOBAL	3,5	5,4	6,0
Nº decisões	30	37	23

Conforme exposto na tabela ao lado, o tempo médio global de fecho das concessões em 2021 foi superior ao tempo médio de decisão das avaliações.

Outro aspeto importante a controlar é a emissão de Certificados de Acreditação e correspondentes Anexos Técnicos após o fecho dos processos. Uma vez que estes documentos são utilizados para fazer prova da correspondente acreditação, o seu tempo de emissão foi também sujeito a controlo de execução.

Emissão de Anexos Técnicos	Clien tes	Acre dita	Emitidos em 2021								2020			ATE/CAB
			Total	no prazo	Média	Repetidos	Reemitidos	Total	no prazo	ATE/CAB				
Labs Calibração	62	60	77	76	99%	5,4	42	55%	0	0%	65	63	97%	128%
Labs Ensaio	411	382	463	448	97%	4,9	209	45%	8	2%	443	434	98%	121%
Labs Clínicos	19	15	14	13	93%	6,1	3	21%	0	0%	10	9	90%	93%
OC Sistemas Gestão	12	11	21	20	95%	3,8	13	62%	0	0%	17	17	100%	191%
OC Produtos	46	36	54	54	100%	1,8	25	46%	1	2%	52	51	98%	150%
OC Pessoas	11	7	5	5	100%	5,6	1	20%	0	0%	5	5	100%	71%
Verif EMAS	5	5	2	2	100%	5,5	0	0%	0	0%	2	2	100%	40%
Verif GEE	4	4	4	4	100%	5,0	1	25%	0	0%	4	4	100%	100%
OI Sectorial	66	53	82	82	100%	1,2	15	18%	1	1%	60	59	98%	155%
OI Veículos	242	237	66	63	95%	2,8	37	56%	4	6%	84	82	98%	28%
TOTAL	878	810	788	767	97%	4,2	346	44%	14	2%	742	726	98%	

Foram assim emitidos 788 Anexos Técnicos Eletrónicos (ATE) em 2021 (face a 742 em 2020), em média até 4,2 dias úteis (4,2 em 2020) após a respetiva decisão, tendo 97% deles cumprido a meta de 10 dias úteis estabelecida. Em comparação com 2020 vê-se a manutenção da taxa de cumprimento, apesar do novo aumento de emissões.

Note-se que o número de ATE (788) emitidos em 2021 está muito próximo do número de entidades acreditadas (810), o que realça a dinâmica de mudança e adaptação dos âmbitos de acreditação - contudo, nem todos os clientes alteram o seu âmbito todos os anos, havendo outros clientes que o alteram várias vezes por ano, o que está expresso na coluna 'Repetidos' - é assim de atentar na significativa taxa de emissões repetidas no mesmo ano de ATE (44%), com particular relevo para o caso dos Organismos de Certificação de Sistemas de Gestão, que apresentam as mais elevadas taxas de repetição, normalmente decorrente de processos de extensão isolados que vão sendo

fechados; em 2021, salienta-se também a elevada taxa dos Organismos de Inspeção de Veículos e de Laboratórios.

Por sua vez, a taxa de reemissões de ATE (2% em 2021 face a 3% em 2020) indica a percentagem de ATE que foram republicados em datas posteriores, corrigindo incorreções ou omissões existentes em ATE já emitidos, sem haver alteração da data de emissão - a percentagem em 2021 e 2020 baixou consideravelmente face a anos anteriores, fruto do esforço e atenção dos colaboradores.

3 RESULTADOS

3.1 Resultados Operacionais

3.1.1 Acreditações

Conforme se observa ao lado, o número total de entidades acreditadas cresceu de novo em 2021, tendo-se terminado o ano com **810 entidades acreditadas**, o que representa um acréscimo de 1% face a 2020 (804) e um novo máximo histórico - a área que mais cresceu foi a de inspeção de veículos.

Alerta-se que o número de entidades acreditadas é inferior ao de clientes (tabela abaixo), pois alguns destes ainda não tinham terminado no final do ano o processo de concessão.

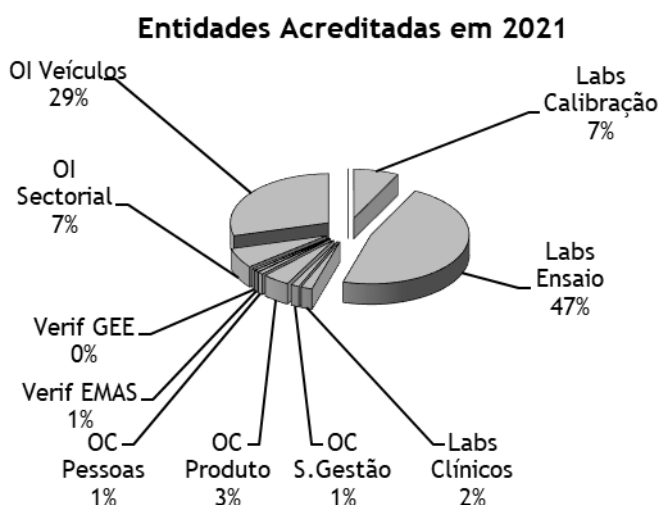
Nº Ent.Acreditadas	2004	...	2018	2019	2020	2021
Labs Calibração	52		58	57	59	60
Labs Ensaio	230		383	383	383	382
Labs Clínicos	0		13	12	14	15
OC S.Gestão	9		11	11	11	11
OC Produto	6		35	35	35	36
OC Pessoas	3		6	6	5	7
Verif EMAS	4		6	6	6	5
Verif GEE	0		4	4	4	4
OI Sectorial	30		51	52	56	53
OI Veículos	174		220	225	231	237
TOTAL	508		787	791	804	810
Diferença Anual	2%		1%	1%	2%	1%
Início			155%	156%	158%	159%

2021	Candidaturas	Concessões	Anulações	Clientes
Labs Calibração	2	1	0	62
Labs Ensaio	25	8	9	411
Labs Clínicos	3	2	1	19
OC S.Gestão	2	1	1	12
OC Produto	8	1	0	46
OC Pessoas	4	2	0	11
Verif EMAS	0	0	1	5
Verif GEE	0	0	0	4
OI Sectorial	8	0	3	66
OI Veículos	3	6	0	242
TOTAL	55	21	15	878

Durante 2021 foram registadas **55 novas candidaturas** (16 em 2020) e concedidas **21 novas acreditações** (24 em 2020), cobrindo todas as áreas.

Em 2021 houve **15 anulações** de acreditações (11 em 2020), na sua maioria na área de laboratórios de ensaios, quer por desistências, quer por fusões ou reestruturações.

O número total de clientes ativos em 2021 foi de **878** (840 em 2020).



A distribuição dos sectores de **acreditação** está representada no gráfico ao lado, continuando a verificar-se a predominância dos laboratórios (56%), seguida da inspeção (36%) e depois da certificação (6%) - Não houve assim alteração de relevo desta repartição face a anos anteriores.

Não obstante, o volume operacional não corresponde exactamente a esta segmentação, dada a certificação exigir (comparativamente) mais atividade operacional.

A distribuição geográfica das creditações está apresentada no quadro abaixo.

Entidades Acreditadas por Distrito	Total	Laboratórios			Org. Certificação			Org. Verif		Org. Inspeção		Ano Anterior		
		Calibração	Ensaios	Clínicos	Sistemas	Produtos	Pessoas	EMAS	GEE	Sectorial	Veículos	Total	Dif.	
Aveiro	56	7%	6	32			1				2	14	54	2
Beja	12	1%		8								4	11	1
Braga	53	7%	4	23						4	20	53		
Bragança	6	1%		1			1				4	6		
Castelo Branco	14	2%		9			1				4	15	-1	
Coimbra	45	6%	3	26			1		1	2	12	46	-1	
Evora	12	1%		5		1	2				4	12		
Faro	22	3%		6	1		1			3	11	22		
Guarda	8	1%		2			1				5	8		
Leiria	38	5%	3	15			2			2	16	35	3	
Lisboa	212	26%	21	110	4	6	8	5	4	1	17	36	213	-1
Portalegre	5	1%					1				4	5		
Porto	152	19%	10	69	5	2	7	1	1	1	13	43	149	3
Santarém	28	3%	1	13	1		1				12	29	-1	
Setúbal	55	7%	5	24		1	2	1		1	6	15	56	-1
Viana do Castelo	11	1%		3							1	7	10	1
Vila Real	6	1%		1			1				1	3	6	
Viseu	21	3%		9			2			2	8	20	1	
R.A. Açores	23	3%	2	9			2				10	23		
R.A. Madeira	14	2%	2	7							5	14		
Estrangeiro*	17	2%	3	10	3	1						17		
TOTAL	810		60	382	15	11	36	7	5	4	53	237	804	6

À semelhança de anos anteriores, observa-se maior incidência de entidades acreditadas no centro, norte e litoral do país e continua a verificar-se que os organismos de inspeção de veículos têm a melhor cobertura do país, seguida pelos laboratórios de ensaio; os organismos de certificação mantêm uma distribuição mais localizada nos maiores centros urbanos, embora no caso da certificação de produtos apresente uma dispersão crescente. Também se nota que o acréscimo de entidades acreditadas se concentrou na região de Lisboa e Porto.

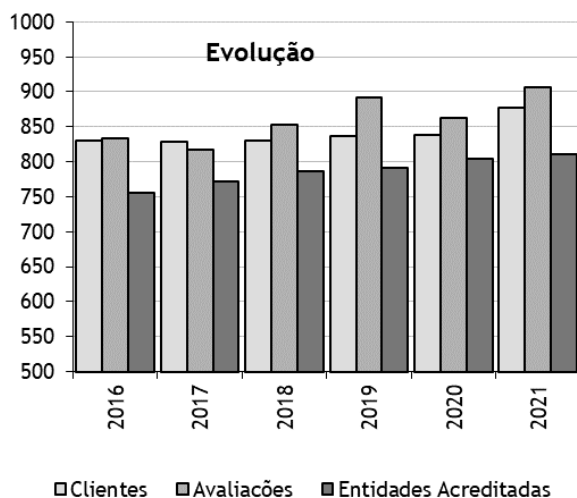


Na figura ao lado é feita uma visualização gráfica dos dados totais do quadro anterior para cada área geográfica, em que cada traço da escala corresponde a 50 entidades acreditadas.

As creditações no estrangeiro situam-se em: Angola (2), Cabo Verde (1), Macau (1), e Moçambique (13).

Recorda-se que o IPAC disponibiliza e atualiza regularmente um Diretório com motor de pesquisa em www.ipac.pt/pesquisa/acredita.asp, discriminando os âmbitos de acreditação - dado que a acreditação é uma atividade dinâmica, em que pode haver a qualquer momento suspensões e anulações das creditações, bem como concessões ou extensões da mesma, recomenda-se a consulta desta página eletrónica sempre que necessário.

3.1.2 Avaliações realizadas



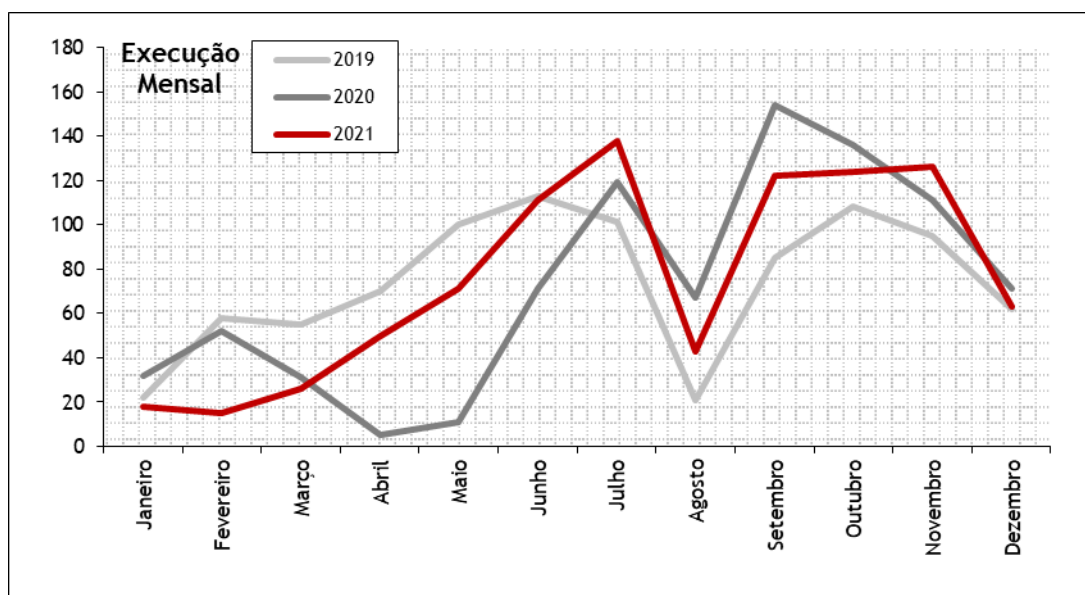
O processo de acreditação envolve a realização de avaliações iniciais de concessão aos candidatos e depois anuais às entidades acreditadas.

Em 2021 foram **planeadas 900 avaliações**, (878 em 2020), algumas delas combinando vários clientes, tendo sido **realizadas 896 (99,6%)**. Destas, **30 foram avaliações de concessão** (30 em 2020), das quais a maioria foi para laboratórios e organismos de inspeção.

No total realizaram-se **907 avaliações**, incluindo as planeadas no ano anterior e adiadas para 2021.

O número de avaliações anuais vem a crescer desde 2014, em consequência do aumento de entidades acreditadas, mas em 2020 houve uma retração devido à pandemia por COVID-19, e o seu impacto na realização de atos presenciais.

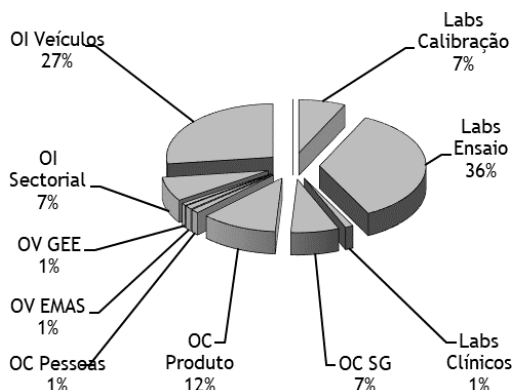
Pode apreciar-se no gráfico abaixo o impacto da pandemia na realização das avaliações com as quebras de março a maio de 2020 e de janeiro a março de 2021, quando comparadas com os meses homólogos de 2019. Para compensar, os picos atingidos em julho e último quadrimestre permitiram a quase recuperação das avaliações adiadas do 1º semestre.



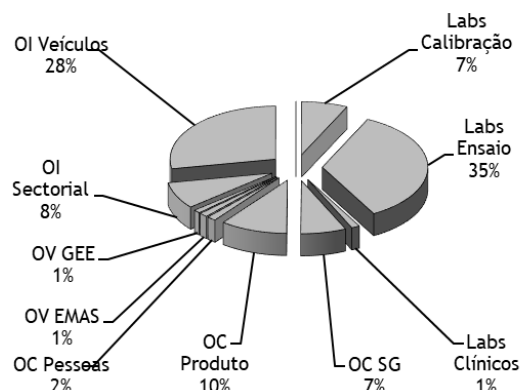
Não obstante, foram ainda realizadas algumas avaliações em 2021 de forma remota (pelo menos parcialmente), recorrendo às novas tecnologias de informações, confirmando-se as conclusões do ano anterior - se bem que seja possível na maior parte dos casos, a eficácia nunca é a mesma, existindo mais limitações na observação da execução das atividades acreditadas.

Nos gráficos seguintes apresenta-se a distribuição das avaliações pelos tipos de entidades, em 2021 e 2020, salientando-se que as avaliações aos laboratórios continuam a constituir quase metade das avaliações (44%) que o IPAC realiza.

Avaliações por esquema em 2021

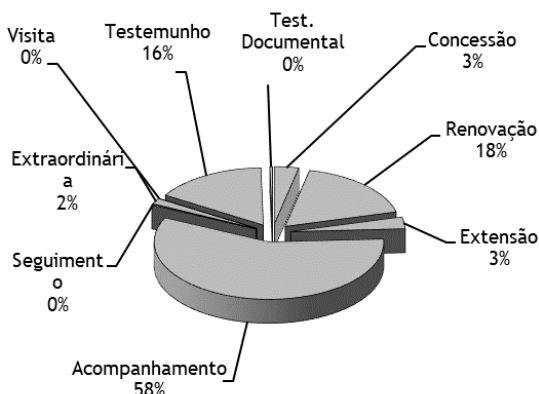


Avaliações por esquema em 2020

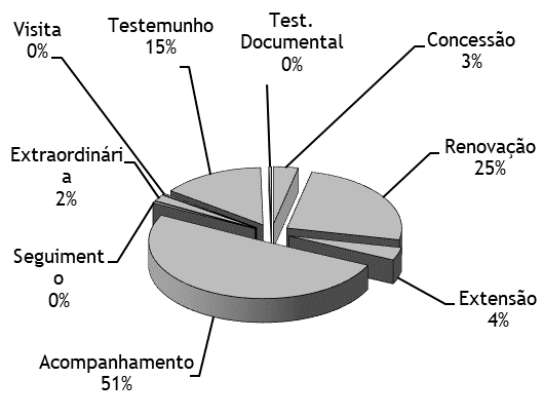


Na distribuição peelo tipo de avaliações é de salientar em 2021 a manutenção do perfil face a 2020, com mais acompanhamentos e menos renovações.

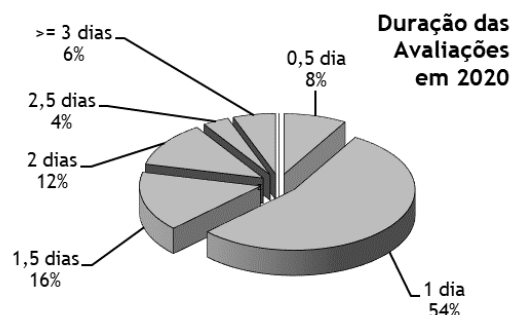
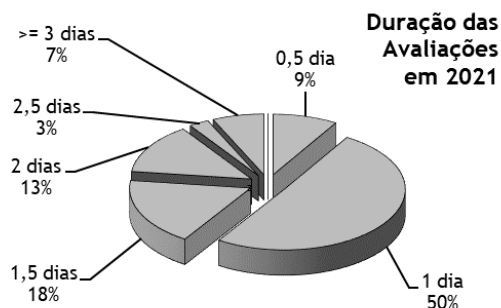
Tipo de Avaliações em 2021



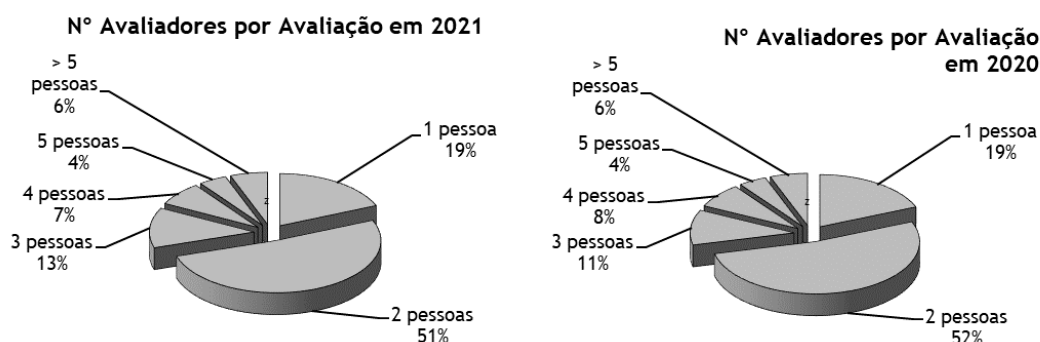
Tipo de Avaliações em 2020



Relativamente à duração das avaliações, pode ver-se abaixo que se mantém o perfil do ano anterior, em que a maioria continua a ser de 1 dia; as avaliações de 0,5 dia correspondem a extensões isoladas, testemunhos e avaliações extraordinárias - não houve assim variação significativa nos últimos anos.



Na repartição consoante a composição da equipa avaliadora, a maioria das avaliações continuou a ser efetuada por 2 pessoas, situação típica em que intervém um avaliador coordenador e um técnico.



Da comparação de dados entre 2021 e 2020 pode concluir-se que se manteve quer a duração das avaliações (média de 1,4 dias em 2021 face a 1,4 em 2020), quer a composição das equipas avaliadoras (média de 2,6 pessoas em 2021 e de 2,5 em 2020).

Apresenta-se abaixo um quadro-resumo das constatações registadas como resultado das avaliações efetuadas em 2021 pelas equipas avaliadoras do IPAC.

2021	Não-Conformidades (NC)		Oportunidades de Melhoria		TOTAL 2021	Avaliações /Esquema	NC/ avaliação
	Maiores	Menores					
Labs Calibração	32	3%	823	74%	1111	64	16,8
Labs Ensaio	212	3%	5893	79%	7414	318	24,6
Labs Clínicos	11	2%	506	85%	597	10	69,3
OC S.Gestão	7	2%	164	48%	344	66	2,7
OC Produto	4	1%	276	53%	524	105	3,0
OC Pessoas	4	4%	61	66%	93	11	6,2
OV EMAS	1	1%	93	60%	154	10	6,6
OV GEE	0	0%	28	48%	58	7	4,7
OI Sectorial	19	3%	444	72%	614	68	6,0
OI Veículos	53	5%	809	79%	1018	248	4,1
TOTAL	343	3%	9097	76%	11927	907	12,9

Este quadro deve ser lido com precaução, na medida em que existem diversos fatores a ter em conta na sua interpretação, nomeadamente a dimensão dos âmbitos de acreditação, a preponderância dos testemunhos nas avaliações da certificação que têm poucas não-conformidades (NC) e baixam o n.º médio NC por avaliação e a diferente maturidade dos esquemas de acreditação e clientes avaliados.

Tal como em anos anteriores, continua a verificar-se um maior número médio de NC por avaliação (última coluna à direita) nos sectores laboratoriais, possivelmente devido à maior incidência técnica desses sectores.

Pela comparação com 2020 no quadro abaixo, nota-se que apesar de ter havido mais avaliações em 2021, o nº NC em 2021 é menor, possivelmente devido ao fim dos processos de transição de normas de acreditação de laboratórios que estavam em curso, embora tenha havido um acréscimo na certificação e verificação - em termos totais, de 2020 para 2021 registaram-se menos 4% de NC, com menos 30% de NC maiores.

EVOLUÇÃO de NC	TOTAL	Avaliações /Esquema	NC/ avaliação	Diferença entre		TOTAL	Avaliações /Esquema	NC/ avaliação
	2021			2021 e 2020		2020		
Labs Calibração	1111	64	16,8	29	3%	1082	62	17,3
Labs Ensaio	7414	318	24,6	-551	-7%	7965	303	25,9
Labs Clínicos	597	10	69,3	-91	-13%	688	10	69,3
OC S.Gestão	344	66	2,7	74	27%	270	61	2,9
OC Produtos	524	105	3,0	74	16%	450	90	3,5
OC Pessoas	93	11	6,2	1	1%	92	12	5,7
OV EMAS	154	10	6,6	19	14%	135	11	6,0
OV GEE	58	7	4,7	32	123%	26	9	3,7
OI Sectorial	614	68	6,0	-73	-11%	687	71	5,8
OI Veículos	1018	248	4,1	-15	-1%	1033	245	4,1
TOTAL	11927	907	12,9	-501	-4%	12428	874	13,4
Maiores	343			-146	-30%	489		
Menores	9097			-528	-5%	9625		
OM	2487			173	7%	2314		
Avaliações	907			33	4%	874		

3.1.3 Eventos e ações realizadas ou participadas

Atendendo à pandemia pelo COVID-19 e o consequente baixo número de eventos realizados, o IPAC apenas participou e interveio durante o ano de 2021 nos seguintes eventos externos, a convite dos respetivos organizadores, nomeadamente:

- Forum Portugal Digital
- Evento Digital with Purpose no âmbito da PPUE 2021
- Estratégia Nacional de Cibersegurança para o biénio 2021/2022
- Webinar ENISA-EA Cybersecurity Act
- Forum de Cibersegurança da Administração Pública
- Evento Selos de Maturidade Digital - Portugal Pioneiro na Certificação;
- EU ETS monitoring and reporting of free allocation issues
- EU ETS Accreditation and Verification training
- IAF/ILAC Webinar on Single Organisation for Accreditation
- Information session WG57 (CD2 ISO/IEC 17043)
- WADA/ILAC Webinar: Raw data integrity - considerations for the future
- Webinar Joint Committee for Guides in Metrology (JCGM) Working Group on the International Vocabulary of Metrology (VIM) - WG2
- BIPM-ILAC Webinar titled: Mining KCDB 2.0 in the Context of Accreditation
- ENFSI - Seminar on Crime Scene Investigation Processes to EA
- ENFSI - Webinar “Implementation of the New ISO/IEC 17025:2015 and Risk Assessment”

3.1.4 Publicidade institucional

O IPAC não efetuou publicidade institucional durante 2021.

3.1.5 Comissões externas

O IPAC acompanhou e colaborou nas **atividades de normalização** das seguintes comissões:

- CTA Ad-Hoc - Selos de Maturidade Digital - acompanhou a elaboração das DNP TS 4577
- CT 147 - Avaliação da conformidade - acompanha o ISO/CASCO e CEN/CENELEC/TC1, e o desenvolvimento das normas da série ISO 17000;
- CT87 - Tecnologias para a saúde - acompanha o desenvolvimento da norma ISO 15189;
- CT80 - Gestão da Qualidade e Garantia da Qualidade
- CT 150 - Gestão ambiental - acompanha os desenvolvimentos da série ISO 14001 e ISO 14065;
- CTE 25 - Grandezas e Unidades - acompanha os desenvolvimentos da série ISO/IEC 80000;
- GT13 -Aquecedores a Água integrado na Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas 2020

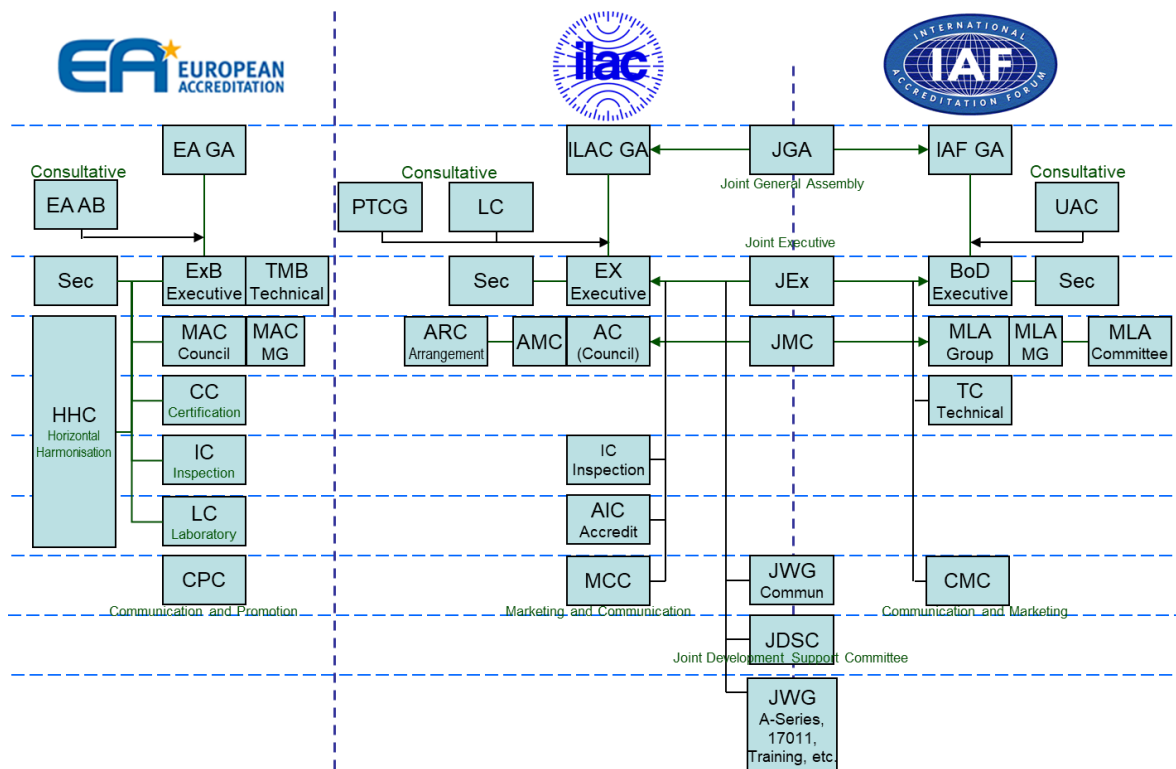
3.1.6 Atividades de desenvolvimento e cooperação institucional

Foram mantidos contactos com diversas entidades reguladoras de forma a acompanhar o desenrolar das expectativas face aos resultados da acreditação.

Foram revistos diversos esquemas de acreditação, conforme se depreende do ponto 2.4.3 , numa estreita colaboração com as autoridades competentes e de tutela dos sectores, como seja o Instituto Português da Qualidade, I.P., o Gabinete Nacional de Segurança e o Centro Nacional de Cibersegurança, a Comissão Nacional de Proteção de Dados, bem como desenvolvidas ações de harmonização com a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., o Instituto da Vinha e do Vinho, I.P., a Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, a Direção Geral de Energia e Geologia, o Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P., o IAPMEI- Agência para a Competitividade e Inovação, I.P. e a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

3.1.7 Atividades internacionais

Sendo o IPAC membro da EA, ILAC e IAF, é-lhe requerida a participação nas suas atividades. Apresenta-se de seguida a estrutura simplificada destas organizações, para melhor se compreender a variedade de intervenções em causa.



O IPAC participou nas seguintes atividades no seio da EA:

- Assembleias-gerais (EA/GA):** realizadas em maio e novembro de 2021 remotamente devido à pandemia pelo COVID-19. Nas assembleias-gerais é feito o ponto de situação dos trabalhos de toda a organização, sendo de realçar os seguintes assuntos: foi finalizada e votada a revisão de Estatutos e Regras de Funcionamento, implementando a reestruturação das categorias de membros da EA, despoletada pelo Brexit, com uma categoria para os países que implementam o Regulamento (CE) 765/2008 e pertencem ao Conselho da Europa, com direitos plenos e em que o IPAC foi incluído, e mais 3 categorias segundo as afinidades e relações com a UE e EFTA. Outros assuntos discutidos foram o registo da marca 'EA MLA' a ser usada pelos organismos de acreditação e seus clientes acreditados, bem como a aprovação de resoluções e documentos da EA, o tratamento de reclamações e recursos, o desenvolvimento do acordo de reconhecimento mútuo e a discussão dos orçamentos e contas. Estão presentes várias partes interessadas, nomeadamente a Comissão Europeia. Os resultados relevantes são reportados nas comissões técnicas do IPAC.
- Executive Board (EA/ExB):** Esta Direção Executiva sucede ao Comité Executivo na gestão diária do funcionamento da EA e a implementação das decisões e resoluções da Assembleia Geral - nele têm assento o *Chair* e *Vice-Chair* da EA e mais 4 membros eleitos por votação - o Presidente do IPAC foi um dos membros votados pelo que participou ao mais alto nível da gestão da EA - foram realizadas 9 reuniões (todas remotas) em 2021.
- Multilateral Agreement Committee (EA/MAC):** Reuniu-se em abril e outubro de 2021 de forma remota. Este comité gere os Acordos de Reconhecimento Mútuo da EA, tratando os assuntos relacionados com o mesmo: discussão do procedimento e resultados das avaliações pelos pares; discussão do treino de avaliadores pelos pares; o projeto de reengenharia do sistema de avaliações pelos pares. No ano de 2021 assumiu particular relevância o estabelecimento de um mecanismo de decisões remotas, a análise da experiência na realização de avaliações pelos pares de modo remoto bem como a consolidação do projeto de reengenharia da metodologia dessas avaliações. Este comité conta com a participação da Comissão Europeia.



Os resultados (não-confidenciais) deste comité são reportados nas comissões do IPAC.

- **Horizontal Harmonization Committee (EA/HHC):** reuniu em março e setembro de 2021, remotamente, devido à pandemia pelo COVID-19. Este comité foi criado para discutir os assuntos transversais de acreditação, designadamente os relacionados com a acreditação para fins de notificação, a interpretação da ISO/IEC 17011, a implementação do Regulamento (CE) 765/2008 e os Acordos de Reconhecimento Mútuo. O IPAC coordenou nova revisão do EA-3/01 (uso de símbolos de acreditação) e participou no grupo de trabalho que elabora e revê o EA-2/17 (acreditação para fins de notificação), tendo este grupo passado a permanente - este grupo também tem a seu cargo a organização e realização de ações de formação sobre este tópico aos membros da EA. Foi ainda criada um grupo de trabalho só de juristas, para analisar a sentença do Tribunal de Justiça da União Europeia, que confirma ser ilegal uma acreditação prestada fora do âmbito do Regulamento (CE) 765/2008. Foi realizado um workshop sobre avaliações remotas pelo organismo de acreditação. Os resultados deste comité são reportados nas comissões do IPAC.
- **Laboratory Committee (EA/LC):** reuniu-se em março e setembro de 2021 (remotamente). Este comité aborda as questões relativas à acreditação de laboratórios, bem como a cooperação com as partes interessadas e acompanhamento dos trabalhos do ILAC/AIC. Os resultados deste comité e respetivos Grupos de Trabalho são reportados na CTaL do IPAC. Realça-se a revisão de alguns documentos EA para alinhar com a nova versão da ISO/IEC 17025:2017, bem como o acompanhamento na implementação da norma considerando as experiências dos vários organismos de acreditação europeus. Existe 1 grupo de trabalho permanente e 7 redes técnicas que reportam ao LC. O grupo de trabalho reúne-se presencialmente enquanto que as redes técnicas consistem em grupos de discussão via correio eletrónico sendo discutidos temas concretos sempre que relevante. O IPAC está envolvido nas seguintes estruturas:
 - Grupo de Trabalho *HealthCare* que se reuniu em fevereiro junho e novembro de 2022 - de forma remota - este grupo de trabalho discute as questões específicas de acreditação de laboratórios clínicos, em particular a acreditação na área da imagiologia, nomeadamente o novo esquema de certificação da UE; a elaboração de um documento EA com um enfoque na tecnologia de NGS (o IPAC pertence à *task force* com esta atribuição); a opção da possibilidade de excluir a colheita de amostras do âmbito acreditado, a abordagem da forma de apresentação do símbolo de acreditação nos boletins de ensaio (O IPAC pertence à *task force* com esta atribuição) e na revisão da ISO 15189.
 - Technical Network Calibration
 - Technical Network Environment
 - Technical Network Food and Feed
 - Technical Network Forensics
 - Technical Network Mechanical, Electrical and Construction
 - Technical Network PTP/RMP
 - Technical Network Toys and Consumer Goods
- **Certification Committee (EA/CC):** reuniu-se remotamente em março e setembro de 2021. Este comité trata das questões de acreditação de organismos de certificação, acompanhando os trabalhos do IAF/TC. Foi assim discutida a implementação das várias normas de acreditação, a aceitação de esquemas sectoriais e a atuação no âmbito das Diretivas e Regulamentos comunitários. Foi ainda acompanhado o trabalho de normalização da ISO e discutida a intervenção no IAF.

Os resultados deste comité são reportados na CTaC do IPAC.

O IPAC participou nos seguintes grupos de trabalho em 2021:

- Grupo de Trabalho "Food" que se reuniu remotamente em junho de 2021 - este grupo de trabalho discute os esquemas sectoriais e a cooperação na certificação de produtos agroalimentares. Os principais temas discutidos foram o programa do GFSI 'The Race to the Top' (RTTT), o processo de transição para a nova Regulamentação da Produção Biológica, e o draft de documento para harmonização de práticas de acreditação para Produtos Tradicionais. Foram também abordados os efeitos da COVID-19 na atividade dos NAB's, a realização de avaliações de forma remota e também os desenvolvimentos mais recentes em relação a esquemas de certificação do setor alimentar.
- Grupo de Trabalho "Environment" que se reuniu remotamente em abril e novembro de 2021 - este grupo de trabalho trata de todas as certificações relacionadas com a área ambiental.

- Grupo de Trabalho “EU-ETS” que se reuniu remotamente em abril de 2021 - este grupo de trabalho trata dos esquemas de verificação do Comércio Europeu de Licenças de Emissões (CELE).
- **Inspection Committee (EA/IC):** reuniu em março e setembro de 2021, remotamente devido à Pandemia por COVID-19, tendo o IPAC estado presente nas duas reuniões - este comité trata das questões de acreditação de organismos de inspeção e acompanha os trabalhos do ILAC/IC, sendo de realçar a harmonização da interpretação de requisitos da ISO/IEC 17020. Durante a reunião de setembro foi realizado um workshop que permitiu a discussão sobre ações relacionadas com o controlo metrológico dos equipamentos de medição visando identificar eventuais divergências de conceitos, tendo-se concluído pela sua inexistência. Os resultados deste comité são reportados na CTal do IPAC. O IPAC acompanha a *Technical Network “Vehicule Inspection”*.
- **Communications and Publications Committee (EA/CPC):** reuniu remotamente em março e novembro de 2021. Este comité trata das questões de marketing e comunicação em suporte aos objetivos estabelecidos no Plano Estratégico da EA - de especial relevo. O principal tema em discussão foi o impacto da COVID-19 na atividade dos NAB's e quais as estratégias de comunicação adotadas para este período tendo vários AB's apresentado os respetivos pontos de situação.

Foram enviados comentários e votações para **34 solicitações da EA** de um total de 35, o que corresponde uma taxa de intervenção do IPAC de 97%.

O Regulamento (CE) 765/2008 obriga o IPAC a ser membro da EA e a participar do sistema de avaliações pelos pares e sujeitar-se ao mesmo. Foi terminada com sucesso a 2ª parte da **avaliação pelos pares da EA ao IPAC** em maio de 2021, compreendendo as atividades de acreditação de organismos de certificação de pessoas e verificação CELE.

Ocorreu em 2021 a participação de colaboradores do IPAC nas seguintes **avaliações pelos pares**:

- Participação como *Team Leader* na avaliação pelos pares da EA aos organismos nacionais de acreditação da Áustria (fevereiro), do Reino Unido (maio), da Grécia (maio), da Ucrânia (setembro) e da Letónia (outubro);
- Participação como *Team Member* na avaliação pelos pares da EA ao organismo nacional de acreditação da Lituania (março), Suécia (setembro), Países Baixos (novembro), Noruega (fevereiro) e Reino Unido (maio).

Note-se que é obrigatório contribuir para as avaliações pelos pares da EA, possuindo o IPAC em 2021 um colaborador qualificado como *Team Leader ILAC/IAF*, três colaboradores como *Team Leader*, três como *Team Member* e um como *Trainee*.

No âmbito do **Acordo-Quadro de Parceria** (*‘Framework Partnership Agreement’*) assinado entre a EA e a Comissão Europeia estão previstas compensações financeiras aos membros da EA pela participação em atividades da EA, sendo o IPAC um dos beneficiários por via da participação em avaliações pelos pares da EA ou da coordenação de comités e grupos de trabalho.

Forum of Accreditation and Licensing Bodies (FALB): este fórum de organismos de acreditação e licenciamento que atuam no âmbito do EMAS, discute as questões de acreditação de verificadores ambientais EMAS e organiza as avaliações pelos pares neste âmbito, contando com a participação da Comissão Europeia.

O IPAC participou nas reuniões remotas de abril e novembro de 2021. Ocorreu a discussão dos documentos que estão a ser trabalhados pela Comissão Europeia (*EMAS sectoral documents*) e do Regulamento EMAS. Foi ainda feita a atualização dos processos de avaliação entre pares (planeamento de avaliações e análise de relatórios de avaliações realizadas). O processo de avaliação pelos pares do FALB é muito semelhante ao da EA. Em 2021 o IPAC participou, como *Team Leader*, na avaliação do FALB à Finlândia.



O IPAC participou ainda das reuniões do grupo de trabalho da Comissão Europeia (CE) sobre Acreditação e Avaliação da Conformidade para o Mercado Interno (IMP-ACA), que se reuniu em novembro, tendo sido discutida a revisão do NLF, a implementação do documento EA-2/17, as consequências do Brexit, além do restante trabalho de apoio a políticas comunitárias.



O IPAC participou nas seguintes atividades de cooperação internacional, no âmbito do ILAC e IAF:

- **Encontro Anual IAF-ILAC** - realizado remotamente devido à pandemia pelo COVID-19, em reuniões independentes do IAF General Assembly (GA), IAF Multilateral Agreement Committee (MLAC), IAF Technical Committee (TC), Management System Certification Working Group (MSC WG), do Food Working Group (Food) e do novo ISO/IEC 17011 Working Group, ILAC General Assembly (GA), ILAC Inspection Committee (IC) e o ILAC Accreditation Committee (AIC).
- **Encontro intercalar do ILAC/IAF** - realizado remotamente devido à pandemia pelo COVID-19, com reuniões independentes do IAF/TC, do ISO/IEC 17011 WG, do IAF MSC WG, do IAF Food WG, para além do MLAC; o IPAC participou ainda do grupo de trabalho para rever o IAF MD17. Pela parte do ILAC, o IPAC participou na reunião do Accreditation Committee (AIC), Inspection Committee (IC) Arrangement Committee (ARC) e ainda do ILAC-WADA Liaison Group.



Foram enviados comentários e votações para **10 solicitações do ILAC** de um total de 10 solicitações (taxa de intervenção de 100%) e **28 solicitações do IAF** de um total de 27 (taxa de intervenção de 96%).

3.1.8 Reconhecimento e Acordos internacionais

O IPAC manteve em 2021 o estatuto de signatário dos seguintes acordos de reconhecimento mútuo da EA: calibração, ensaios (incluindo exames médicos), certificação de sistemas de gestão, certificação de produtos, certificação de pessoas, inspeção e verificação de gases de efeito de estufa - ver o documento [EA-1/06](#) relativo ao Acordo e suas disposições e o documento [EA-INF/03](#) quanto aos signatários do Acordo, ambos disponíveis em www.european-accreditation.org.

Recorda-se que o estatuto de signatário do Acordo Multilateral da EA possibilita a aplicação do artigo 11º do Regulamento (CE) 765/2008, que estabelece a obrigatoriedade de reconhecimento das acreditações IPAC pelas autoridades nacionais da UE e EFTA:

“2. As autoridades nacionais devem reconhecer a equivalência dos serviços prestados pelos organismos de acreditação que se tenham submetido com êxito à avaliação pelos pares prevista no artigo 10.º, aceitando assim, com base na presunção referida no n.º 1 do presente artigo, os certificados de acreditação dos organismos e as atestações emitidas pelos organismos de avaliação da conformidade por aqueles acreditados.”

O IPAC manteve-se igualmente como signatário dos correspondentes acordos de reconhecimento mútuo existentes no seio do ILAC e IAF, alargando desta forma o reconhecimento europeu para os restantes países signatários destes acordos mundiais do IAF e ILAC e que contemplam quase 100 países, incluindo as grandes potências mundiais - a lista completa e detalhada dos signatários dos acordos pode ser obtida através das páginas eletrónicas de cada uma das federações internacionais de organismos de acreditação:

- IAF (www.iaf.nu), que gere os acordos da certificação e verificação, notando-se que a estruturação dos Acordos do IAF é diferente do da EA e inclui apenas alguns esquemas de certificação específicos, listados no documento IAF PR2 e no sítio internet do IAF;
- ILAC (www.ilac.org), que gere os acordos de laboratórios, inspeção, organizadores de ensaios de aptidão e produtores de materiais de referência, com um âmbito e funcionamento semelhantes aos da EA.

Este reconhecimento contribui para o aumento da competitividade nacional, nomeadamente por:

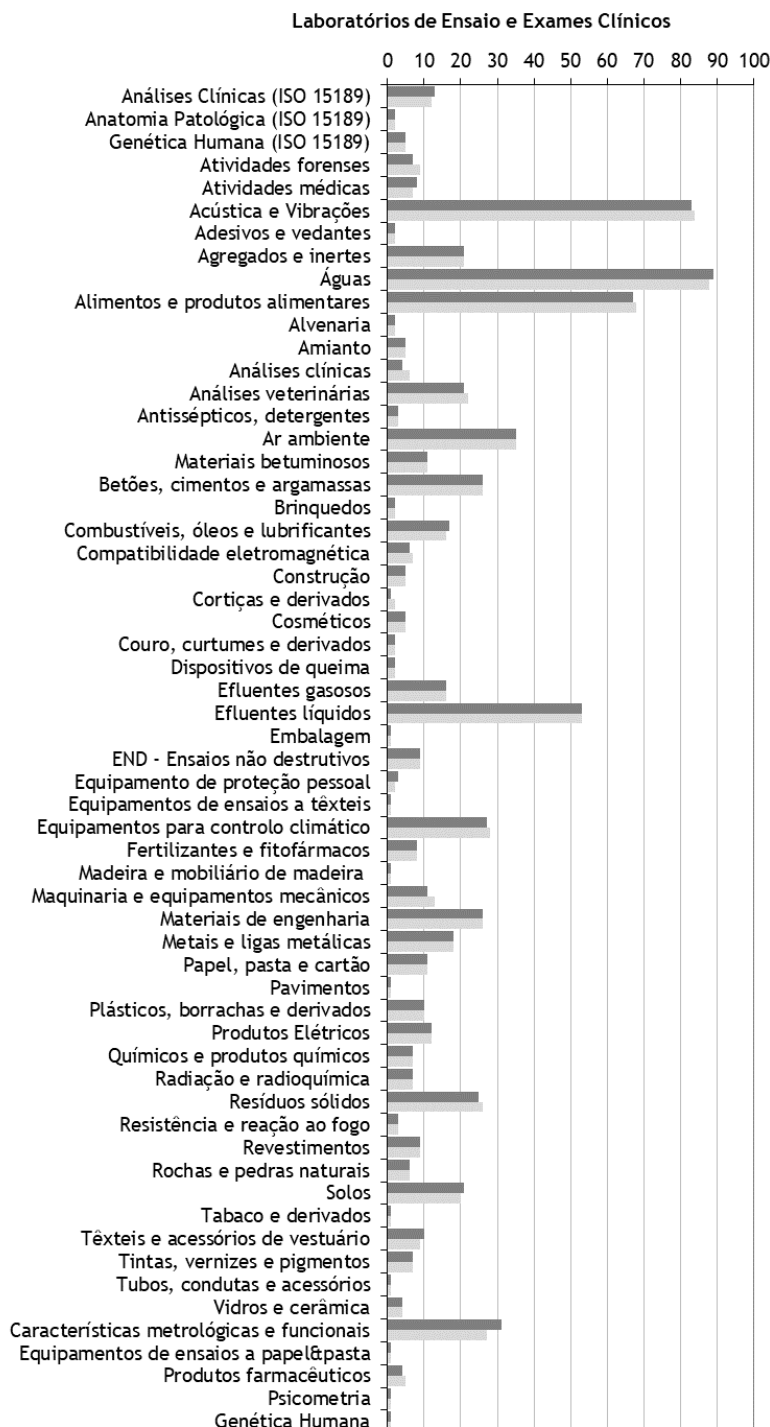
- remover barreiras técnicas à exportação de produtos nacionais;
- permitir o acesso de operadores nacionais a marcas e mercados internacionais;
- aumentar a credibilidade das estruturas nacionais de ensaios, calibração, inspeção e certificação na oferta de serviços no mercado global e na captação de investimento estrangeiro.

O impacto deste reconhecimento internacional das acreditações concedidas pelo IPAC afeta assim não só os clientes acreditados, também os milhares de empresas com certificação acreditada de sistemas de gestão e de produtos, bem como as centenas de profissionais certificados.

Encontram-se em Anexo os Certificados de Adesão aos Acordos de Reconhecimento Mútuo indicados atrás, bem como os símbolos respetivos - as disposições para uso destes símbolos encontram-se no documento DRC002, Regulamento dos Símbolos de Acreditação.

3.1.9 Resultados estatísticos da Acreditação

Apresenta-se a seguir informação estatística sobre as atividades acreditadas, discriminadas por áreas técnicas e referidas a 31 de dezembro de 2021 (os dados de 2021 correspondem às colunas a cinzento mais escuro e os do ano anterior às colunas a cinzento mais claro).



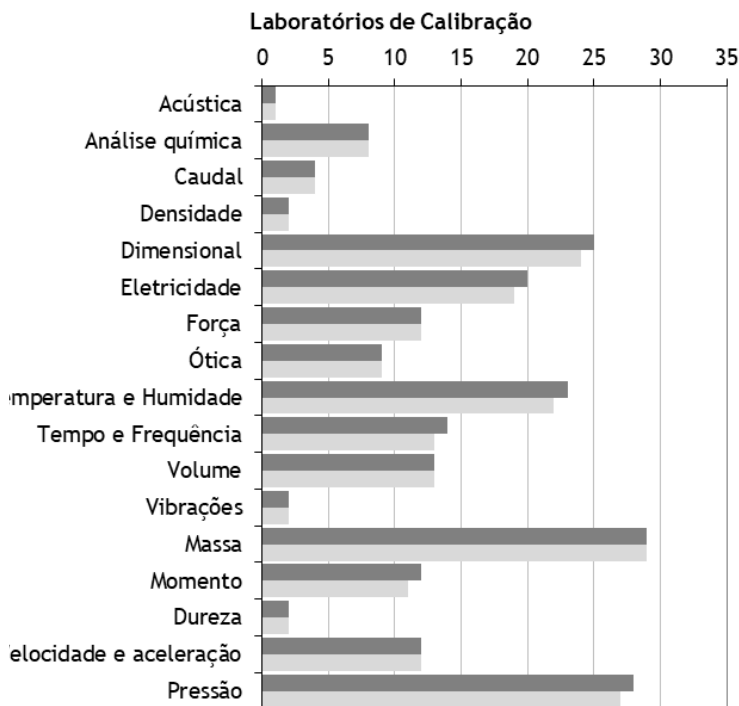
Na área da acreditação de laboratórios de ensaios (ISO/IEC 17025) e exames clínicos (ISO 15189), as atividades acreditadas repartiram-se por uma grande diversidade de sectores técnicos (cada intervalo no eixo vertical), conforme exposto na figura ao lado, em que as barras representam o número de credenciações por sector (em cada ano).

Nota-se nesta figura a grande preponderância dos laboratórios que realizam ensaios ambientais (acústica, águas, ar, efluentes), seguidos pelos laboratórios da área alimentar.

Salienta-se que um laboratório acreditado pode atuar em vários sectores técnicos, pelo que o somatório (791) de credenciações em sectores técnicos distintos será normalmente superior ao de laboratórios acreditados (397). Este somatório de credenciações em setores técnicos distintos manteve-se similar a 2020 (794).

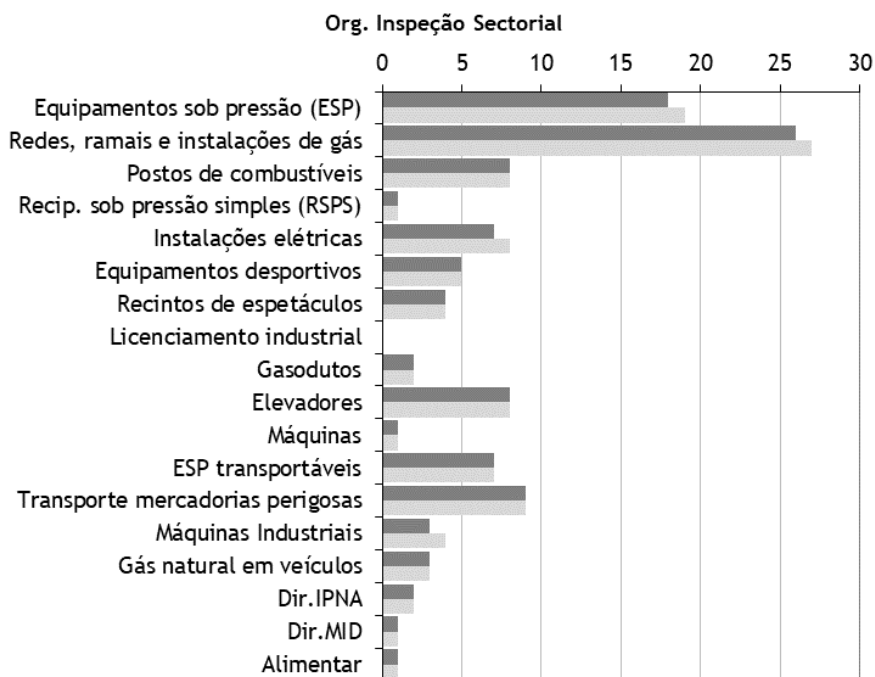
O número de sectores técnicos distintos ativos manteve-se igual (59 em 2021 e 2020).

O sector de maior crescimento manteve-se o da avaliação das características metroológicas e funcionais, fruto das exigências regulamentares aplicáveis.



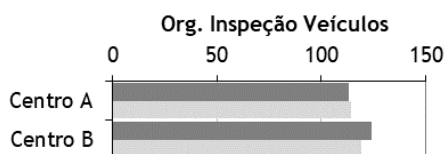
Na área da acreditação de laboratórios de calibração, os 60 laboratórios acreditados somavam 216 acreditações em sectores técnicos distintos (210 em 2020), conforme apresentado na figura ao lado. O número de sectores técnicos distintos manteve-se igual (17).

Os sectores da massa, pressão, e eletricidade, continuam a ser os preferidos.



Na área da acreditação de organismos de inspeção sectorial, as atividades acreditadas repartiam-se por 17 sectores técnicos distintos (17 em 2020), conforme mostrado ao lado.

Nota-se uma soma menor de acreditações em sectores técnicos distintos (106) com acreditações face a 2020 (110).



Na inspeção de veículos diminuiu de novo o número de centros de categoria A acreditados (menos 1 que em 2020) mas registou-se um aumento (mais 5) nos centros de categoria B, conforme indicado ao lado - no total, o somatório de acreditações em sectores técnicos distintos (237) aumentou face a 2020 (233).

Na área de acreditação de organismos de certificação de sistemas de gestão e de verificadores, o número de entidades acreditadas por sector de certificação e de verificação repartia-se conforme indicado ao lado.

Em 2021 terminou um sector de acreditação (SG Formação Profissional), por anulação da respetiva norma de certificação, mas iniciou-se um novo sector de acreditação (SG Continuidade de Negócio).

O número de acreditações em sectores distintos passou de 64 em 2020 para 61 em 2021.

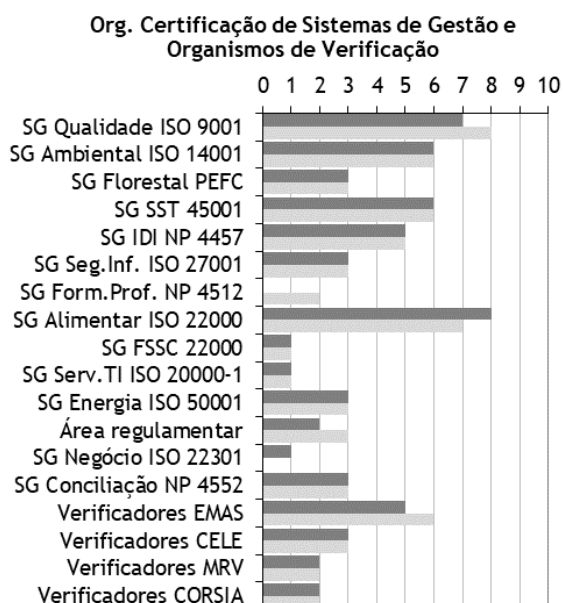
A acreditação na área regulamentar foi feita para fins de notificação (marcação CE).

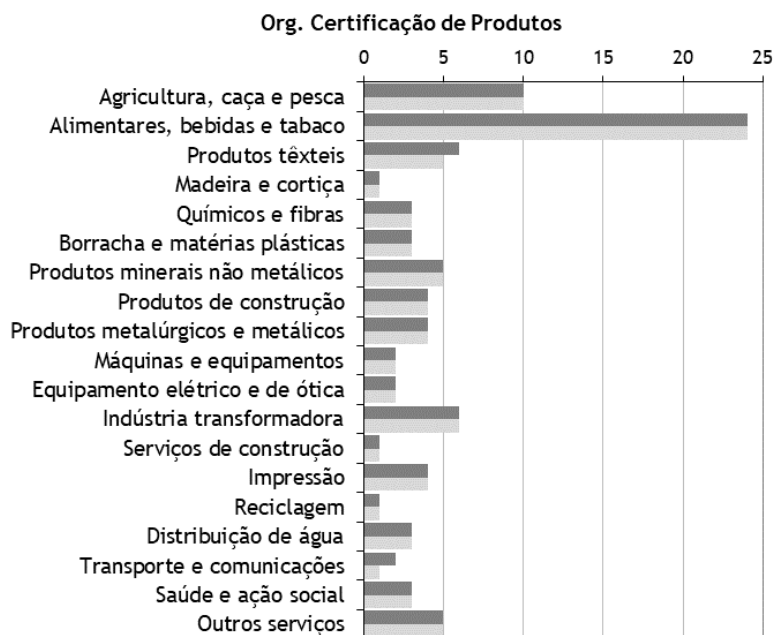
A acreditação de verificadores EMAS, CELE e MRV foi efetuada em cooperação institucional com a APA.

O âmbito de acreditação dos organismos para a certificação de sistemas de gestão recorre normalmente a sectores de atividade económica (definidos pelo IAF e baseado na CAE), conforme consta do documento OEC024, disponível na página eletrónica do IPAC.

Os âmbitos de acreditação para a verificação EMAS estão descritos no documento DRC008 e são conformes com o Regulamento UE 1221/2009 e as interpretações da CE.

Os âmbitos de acreditação para a verificação de gases de efeito de estufa (CELE, MRV e CORSIA) estão descritos no documento DRC009 e estão conformes com a legislação aplicável e as interpretações da EA e IAF.





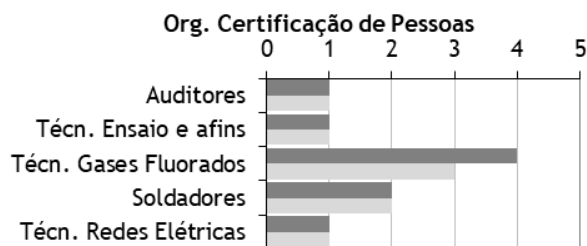
Na área da acreditação de organismos de certificação de produtos (processos e serviços), as atividades repartiam-se por 19 sectores distintos (tal como em 2020), conforme exibido na figura ao lado.

Houve em 2021 um novo aumento do somatório de creditações (89) em sectores distintos face a 2020 (87).

A preponderância de organismos de certificação de produtos no sector agroalimentar é bem patente.

Na área da acreditação de organismos de certificação de pessoas, as atividades acreditadas repartiam-se por 5 categorias profissionais (sectores), conforme apresentado na figura ao lado.

Relativamente a 2020, existe um maior número de creditações em sectores distintos (9 em vez de 8).



3.1.10 Resultados da Certificação Acreditada

O recurso à certificação acreditada é cada vez mais uma exigência do mercado, pelo que importa aqui apresentar um resumo estatístico da situação, referido a 31 de dezembro de 2021.



Nº empresas com certificação acreditada do seu sistema de gestão	2020	2021
Qualidade (ISO 9001)	6147	6259
Ambiental (ISO 14001)	1235	1133
Segurança e saúde no trabalho (NP 4397 ou OHSAS 18001)	676	606
Segurança alimentar (ISO 22000)	304	237
Serviços de Tecnologia de Informação (ISO/IEC 20000-1)	13	14
Segurança de Informação (ISO/IEC 27001)	99	110
Energia (ISO 50001)	24	34
IDI - Investigação, Desenvolvimento e Inovação (NP 4457)	144	152
Floresta Sustentável (NP 4406)	17	18
Conciliação da vida profissional, familiar e pessoal (NP 4552)	13	36
Regulamentares (Marcação CE)	33	37

Nas páginas seguintes encontram-se figuras com detalhes dos sectores de certificação para cada sistema de gestão.

No somatório de todas as normas de certificação, a 31-12-2021 existiam 8636 certificados vigentes, menos 36 que no final do ano anterior (8672), sendo que o decréscimo se registou principalmente em SGA, SG SST e SGSA - assinala-se a quase triplicação de certificações em SG Conciliação.

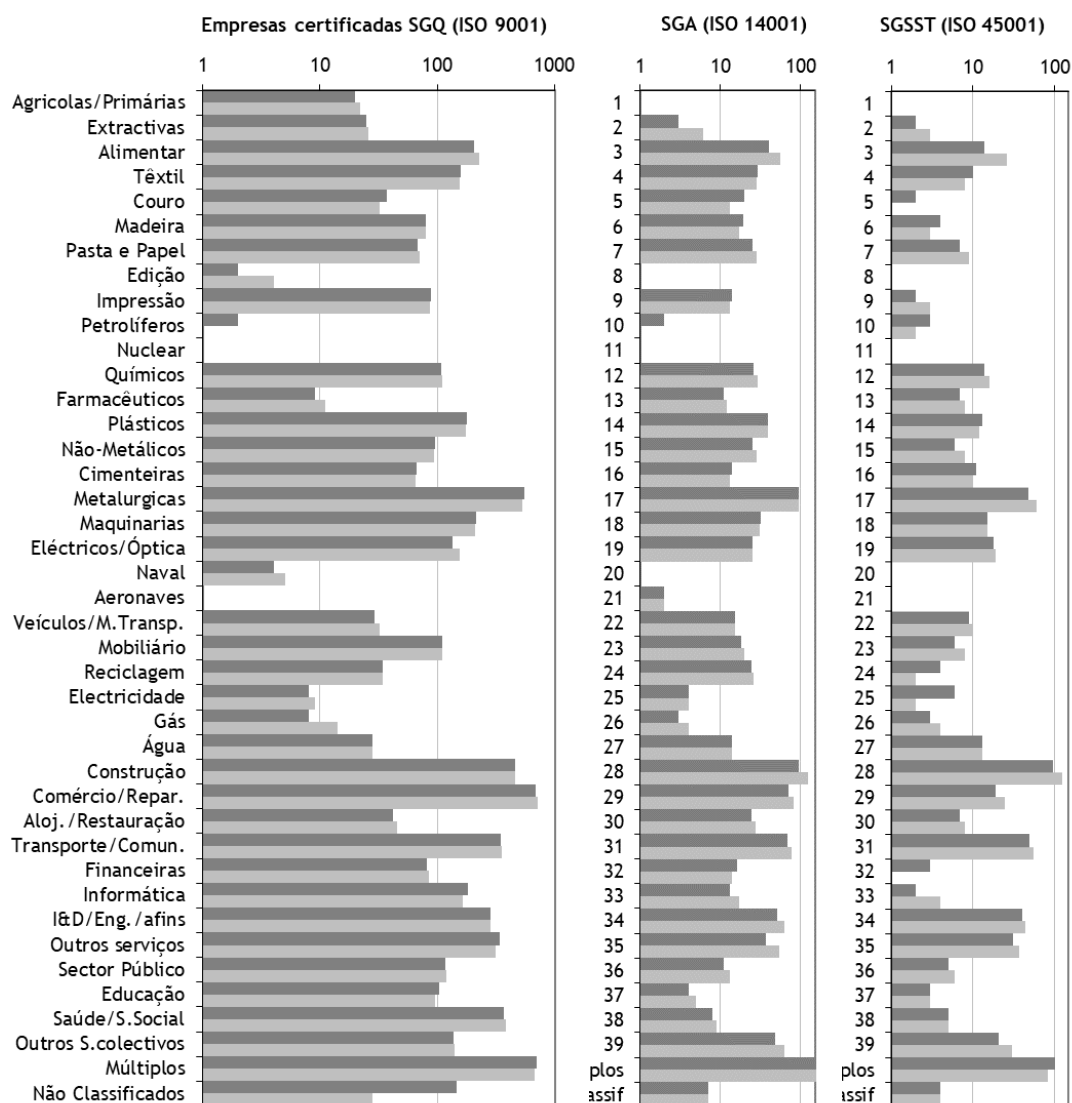
Relembra-se que o IPAC disponibiliza na sua página eletrónica um Diretório de empresas certificadas (http://www.ipac.pt/pesquisa/pesq_empcertif.asp) com base nas informações prestadas pelos organismos de certificação acreditados, que permite a pesquisa das certificações acreditadas segundo o sistema de gestão, a designação da empresa, âmbito de certificação, sector de atividade e localização geográfica.

A lista de empresas registadas no EMAS pode ser consultada na página eletrónica da APA ou na página eletrónica do EMAS (http://ec.europa.eu/environment/emas/index_en.htm).

A lista de instalações e empresas abrangidas pelo regime CELE e respetivos títulos de emissão podem ser consultados na página eletrónica da APA.

A acreditação de entidades para fins de notificação (nomeadamente organismos de certificação) efetua-se conforme descrito no documento OEC025.

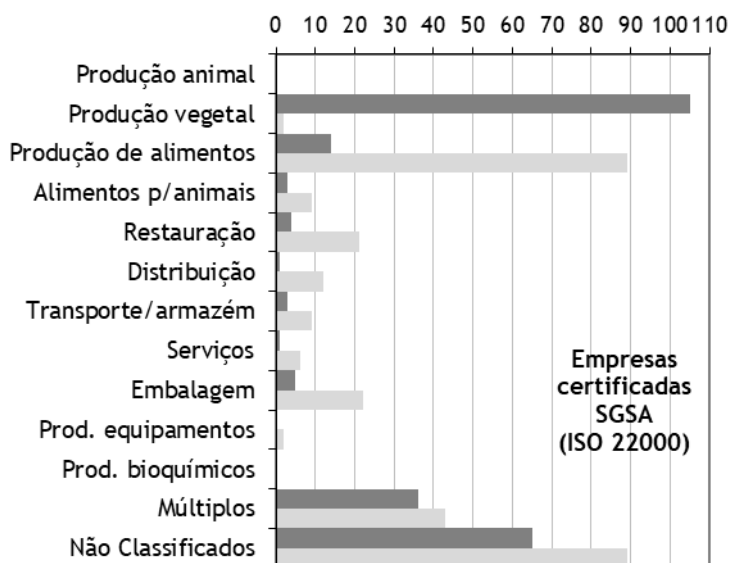
Nas figuras abaixo chama-se a atenção para as diferenças de escalas e de elas serem logarítmicas - as barras a cinzento mais escuro referem-se ao ano de 2021 enquanto as barras a cinzento mais claro referem-se ao ano anterior.



Na certificação de sistemas de gestão da qualidade salienta-se a preponderância dos sectores do comércio (694 empresas; 716 em 2020), da construção (463 empresas; 460 em 2020) e da indústria metalúrgica (547 empresas; 532 em 2020), bem como a existência de certificações em todas as áreas, à exceção da área nuclear. Relativamente a 2020, houve um aumento (2%), com uma variação positiva de 9% nos últimos 3 anos.

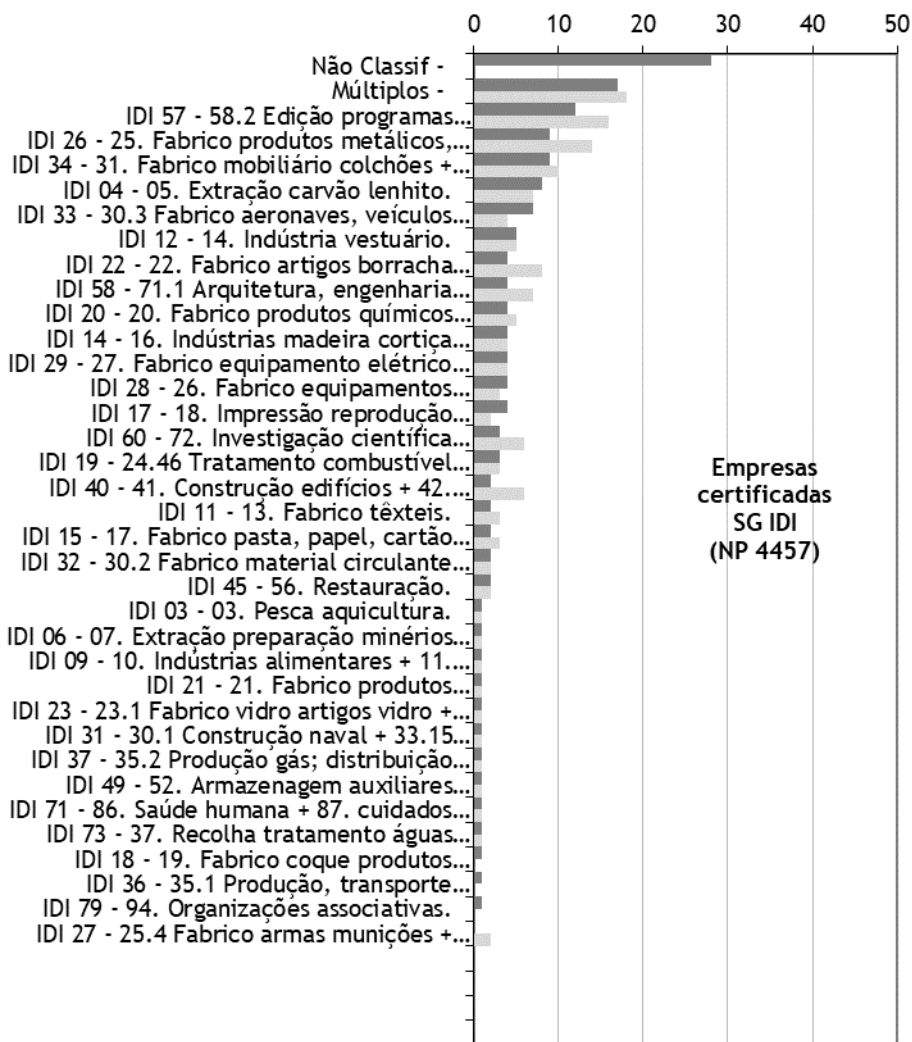
Na certificação de sistemas de gestão ambiental, existe uma repartição mais equilibrada, com liderança pelo sector da metalurgia (96 empresas; 96 em 2020) seguida da construção (95 empresas; 125 em 2020), e do comércio (71 empresas; 81 em 2020). Não existe certificação ambiental no sector nuclear bem como no da edição. Comparativamente ao ano anterior houve um decréscimo (-8%), também patente a 3 anos (-3%).

A certificação de sistemas de gestão da segurança e saúde no trabalho decresceu em 2021, com menos 70 empresas (-10%), todas certificadas pelo novo referencial (ISO 45001). Continua a preponderância do sector da construção (97 empresas; 125 em 2020). Não existe certificação nos sectores nuclear, edição e agrícola. O decréscimo desta certificação a 3 anos foi de -10%.



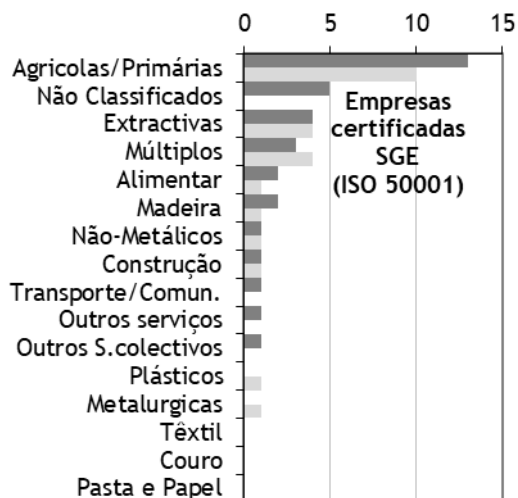
A certificação acreditada de sistemas de gestão da segurança alimentar teve um decréscimo face ao ano anterior (-22%), com 237 empresas certificadas (304 em 2020).

A variação a 3 anos é de -20%.



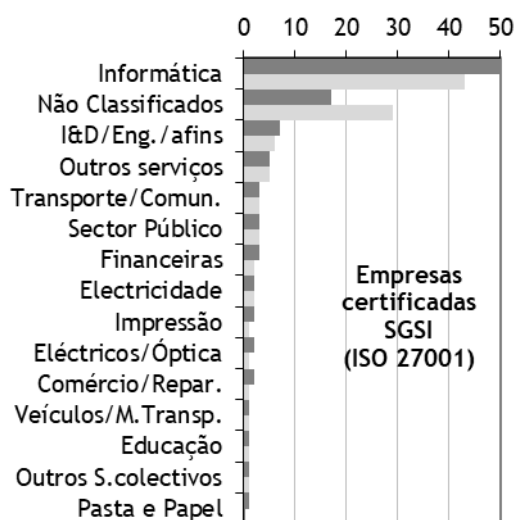
A certificação acreditada de sistemas de gestão de IDI teve um ligeiro acréscimo em 2021 face ao ano anterior (6%), terminando com 152 empresas certificadas (144 em 2020).

A variação a 3 anos é negativa, cerca de -6%.



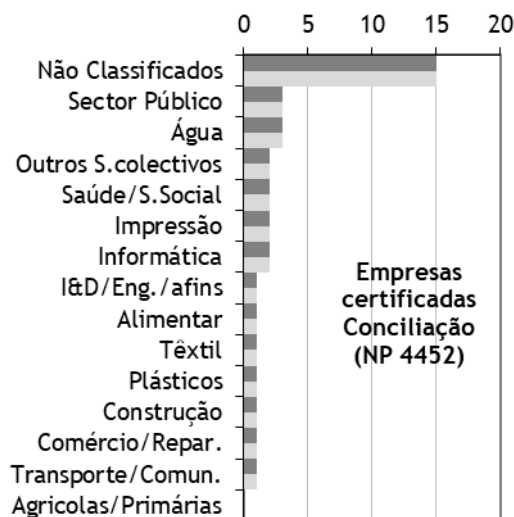
A certificação acreditada de sistemas de gestão de energia passou para 34 empresas certificadas (24 em 2020), um acréscimo de 42%. Os sectores primários e secundários mantêm a liderança.

A variação a 3 anos é de 10%.

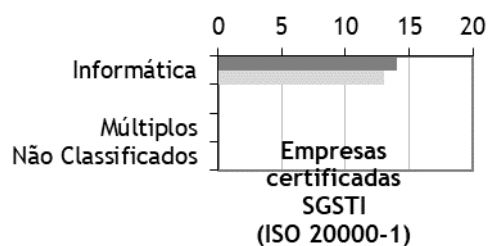


A certificação acreditada de sistemas de gestão da segurança da informação passou para 110 empresas certificadas (99 em 2020), registando um novo aumento (11%). A liderança do sector informático é normal e esperada.

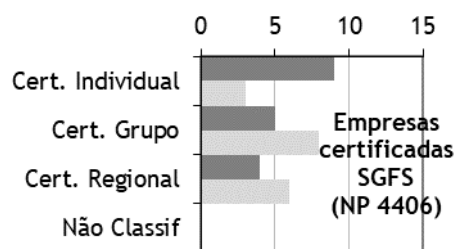
A variação a 3 anos é acentuada, de 75%, impulsionada pela pandemia e recurso a tecnologias de informação



A certificação de sistemas de gestão da conciliação da vida profissional, familiar e pessoal iniciou-se em 2020, e registava 36 empresas certificadas, face às 13 existentes em 2021 (177%), o maior crescimento relativo em normas de sistemas de gestão.



A certificação acreditada de sistemas de gestão do serviço de tecnologias da informação somou 14 empresas certificadas (13 em 2020), com a liderança do sector informático e um crescimento de 8%.



A certificação acreditada de sistemas de gestão florestal sustentável (PEFC) continua com um campo de aplicação reduzido, embora tenha crescido para 18 certificações (17 em 2020), um aumento de 6%.

3.2 Resultados Económicos e Financeiros

Os resultados são apresentados segundo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) - todos os valores apresentados nas tabelas e figuras estão em euros (€).

Sendo o IPAC um organismo da Administração Pública, está sujeito à tutela e supervisão orçamental e financeira dos organismos competentes, sendo a sua Conta de Gerência entregue anualmente no Tribunal de Contas para os devidos efeitos, após a certificação pelo Fiscal Único.

3.2.1 Execução orçamental

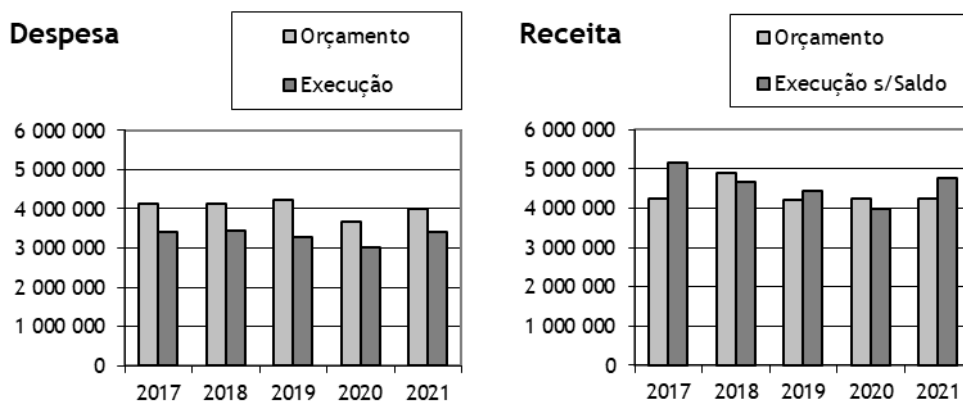
Salienta-se que em 2021, tal como vinha acontecendo desde a sua criação, o IPAC suportou todas as despesas com as suas Receitas Próprias, não onerando com isso o Orçamento Geral do Estado.

A execução da receita de 2021 incluiu a integração do Saldo de Gerência anterior (8 423 304 €), tendo no orçamento de despesa sido inicialmente cativados 763 372 €.

2021	Orçamento aprovado	Orçamento corrigido	Executado	Execução
Despesa	4 253 030 €	4 001 451 €	3 417 112 €	85%
Receita sem Saldo	4 253 030 €	4 253 030 €	4 765 062 €	112%
Receita com Saldo	-	12 676 334 €	13 188 366 €	104%

O Saldo de Gerência apurado no exercício de 2021 foi de 1 347 950 €, o qual transitará para o ano de 2022, juntamente com o Saldo de Gerência anterior, totalizando 9 771 255€.

Apresenta-se abaixo a evolução temporal nos anos mais recentes da execução orçamental.



O decréscimo da despesa executada desde 2017, foi contrariado em 2021, dado o aumento da execução. Em 2021, foram efetuados pagamentos, designadamente do IVA e de retenções de contribuições e impostos, que embora relativas a 2020 aumentaram consideravelmente a despesa. Contudo, a pandemia pelo COVID-19 e a consequente adaptação com a introdução de algumas avaliações e sobretudo reuniões remotas, permitiu poupanças em deslocações.

Ao nível da execução da receita (sem a integração do Saldo de Gerência anterior), a diminuição desde 2017, fruto da diminuição em 1/3 do valor das taxas de manutenção cobradas aos organismos de certificação efetuada, foi contrariada em 2021. Existem ainda alguns fatores a considerar como seja o sucesso na cobrança de dívida atrasada e o facto de a pandemia pelo COVID-19 em 2020 ter adiado a realização de algumas avaliações para o seu 2º semestre, logo a respetiva faturação e cobrança foi deslocada no tempo e aumentou a receita de 2021, a par com o aumentar da atividade de acreditação.

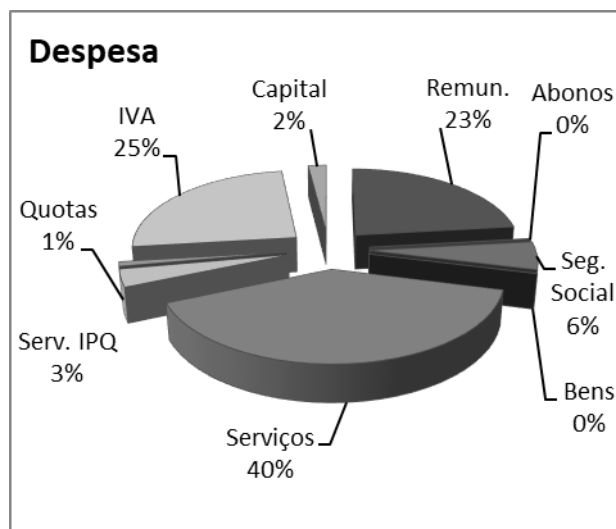
Note-se que o ciclo financeiro do IPAC prevê a faturação após a realização das avaliações, sendo o pagamento das despesas de avaliação feito posteriormente, quando os avaliadores terminam as suas tarefas - donde, haverá receita no final de cada ano que se destina a cobrir pagamentos que só serão feitos no início do ano seguinte.

Há ainda que atentar na análise económica, que na comparação dos rendimentos com a execução da receita orçamental, regista-se uma diferença decorrente do facto de nos rendimentos não se encontrar o valor do IVA (que está contido na execução orçamental da receita) e a cobrança de

dívida antiga que, apesar de ser parcela relevante na execução orçamental da receita, a sua especialização torna-a menos visível nos rendimentos do ano.

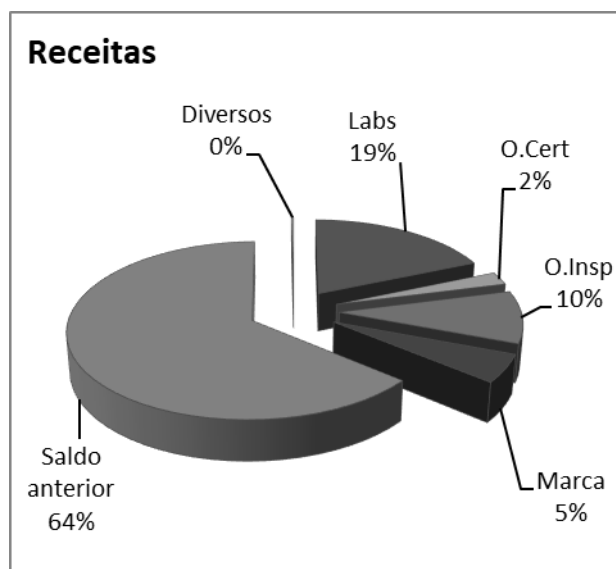
Apresenta-se a seguir a repartição da despesa e receita por rúbrica orçamental.

ORÇAMENTO DE DESPESA		
	2021	2020
Despesas correntes	3 348 412	2 912 618
01-Pessoal	985 512	960 603
02-Bens e Serviços	1 359 690	1 378 499
04-Transferências	152 080	121 597
06-Outras (IVA)	851 131	451 919
Despesas de capital	68 700	117 589
07-Bens	68 700	117 589
TOTAL	3 417 112	3 030 207



Pode ver-se o peso da aquisição de serviços externos para a realização de avaliações (40%), e da despesa com pessoal (29%). Tal como já referido, o deferimento para 2021 de pagamento de IVA de 2020 teve um impacto significativo. Nota-se a continuidade do investimento (despesas de capital) em material e sistemas informáticos para melhorar as condições de (tele)trabalho.

ORÇAMENTO DE RECEITA		
	2021	2020
Operações	4 078 901	3 358 075
Laboratórios	2 457 370	1 870 253
O.Certificação	314 749	296 137
O.Inspecção	1 280 104	1 155 060
Diversos	26 677	36 625
Outros	9 109 465	8 095 536
Marca Cert.Acr.	686 161	624 685
Saldo anterior	8 423 304	7 470 851
TOTAL	13 188 366	11 453 611
TOTAL s/ Saldo	4 765 062	3 982 760



No que concerne à execução orçamental da receita, continua a preponderar a parcela correspondente à integração do saldo de gerência anterior (64%), vindo este saldo a crescer pela impossibilidade da sua utilização em despesa nos orçamentos seguintes. A parcela correspondente à acreditação de laboratórios (19%) é a mais significativa das operacionais. A parcela afeta à acreditação de organismos de certificação e verificação (2%), quando somada com a parcela da taxa de manutenção de organismos de certificação (5%), aproxima-se da parcela gerada pelos organismos de inspeção (10%). O aumento das receitas da marca é causado quer pelo aumento da certificação acreditada, quer pela maior cobrança verificada.

3.2.2 Análise económica

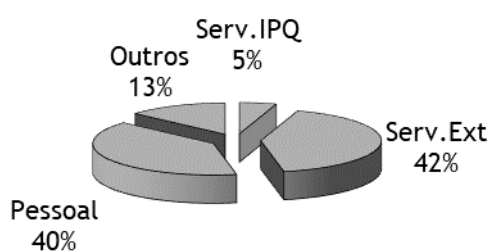
Apresenta-se abaixo a Demonstração de Resultados de 2021.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS				
RENDIMENTOS E GASTOS	SNC-AP 31/12/2021	SNC-AP 31/12/2020	Varição	%
Impostos e taxas	1 392	2 463		
Vendas	0			
Prestações de serviços	3 874 625	3 658 078	216 548	6%
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	24 123	29 770	-5 647	-19%
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos				
Variações nos inventários da produção				
Trabalhos para a própria entidade				
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				
Fornecimentos e serviços externos	-1 085 656	-1 171 017	85 361	-7%
Gastos com pessoal	-973 922	-987 936	14 015	-1%
Transferências e subsídios concedidos	-152 537	-152 354	-183	0%
Prestações sociais				
Imparidade de inventários (perdas/reversões)				
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-34 109	-134 579	100 470	-75%
Provisões (aumentos/reduções)				
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (p./r.)				
Aumentos/reduções de justo valor				
Outros rendimentos e ganhos	0	3 489	-3 489	-100%
Outros gastos e perdas	-102 247	-102 951	704	-1%
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	1 551 669	1 144 962	406 707	36%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-92 264	-33 727	-58 537	174%
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (p./r.)				
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	1 459 405	1 111 235	348 170	31%
Juros e rendimentos similares obtidos				
Juros e gastos similares suportados				
Resultado antes de impostos	1 459 405	1 111 235	348 170	31%
Imposto sobre o rendimento				
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	1 459 405	1 111 235	348 170	31%

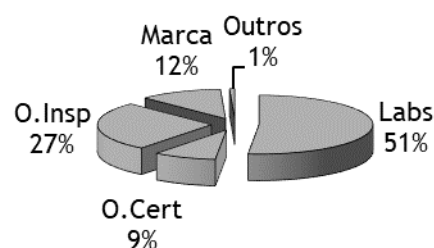
Comparando 2021 com 2020 realça-se a nova diminuição dos gastos com fornecimentos e serviços externos, o aumento dos rendimentos das prestações de serviço e dos gastos com pessoal e outros gastos. O resultado líquido é superior ao de 2020, principalmente pelo acréscimo das prestações de serviço, conjugado com a diminuição de gastos com fornecedores.

Apresentam-se a seguir gráficos discriminando os gastos e rendimentos.

Estrutura de gastos



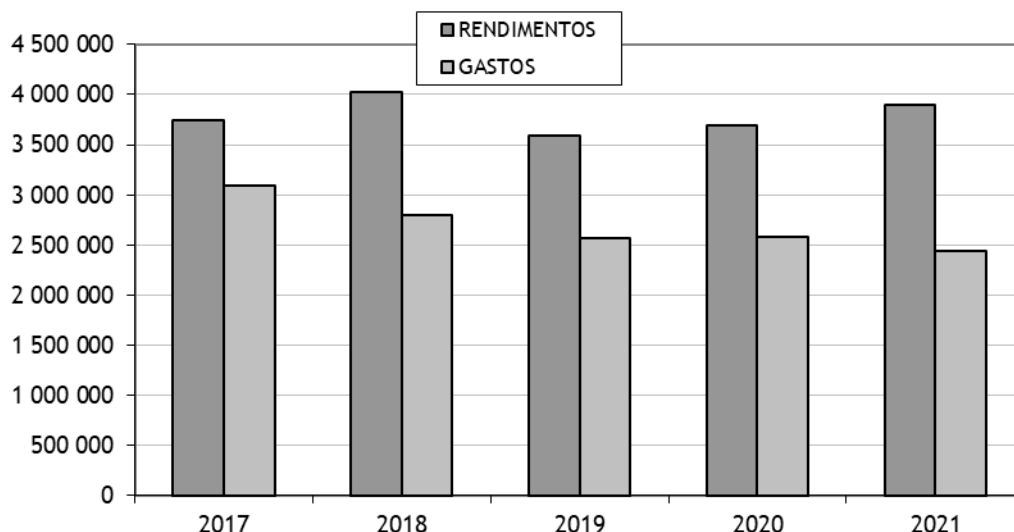
Estrutura de rendimentos



Constata-se o peso das principais fontes na estrutura de gastos, nomeadamente os serviços externos (avaliadores) e pessoal. Na estrutura de rendimentos mantém-se a preponderância da parcela dos laboratórios.

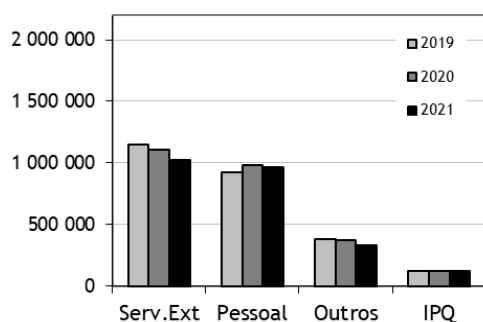
Note-se que desde a sua criação o IPAC apenas tem rendimentos provenientes de receitas próprias, com que custeia todo o seu funcionamento.

Vendo agora a evolução temporal dos últimos 5 anos, vê-se uma diminuição regular e continuada de gastos, embora nem sempre acompanhada de variação similar nos rendimentos.

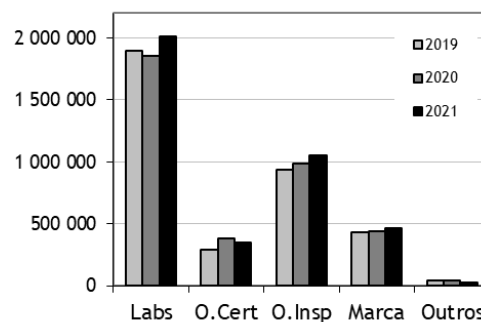


Especializando a evolução temporal dos gastos e rendimentos (figuras abaixo), vê-se que os gastos estão em queda ou estáveis em todas as parcelas, sendo de assinalar a diminuição de gastos com os fornecedores externos. Do lado dos rendimentos, nota-se a evolução positiva nos laboratórios e inspeção, enquanto a receita da marca após ter caído para 1/3, conforme previsto no Protocolo de Promoção da Acreditação assinado em 2015, volta de novo a crescer, fruto do retomar da certificação acreditada.

Evolução dos gastos



Evolução dos rendimentos



3.2.3 Análise financeira

Apresenta-se de seguida o Balanço referente a 2021, podendo concluir-se que o IPAC tem uma boa situação financeira.

BALANÇO	SNC-AP 31/12/2021	SNC-AP 31/12/2020	Varição	%
ATIVO				
ATIVO NÃO CORRENTE				
Ativos fixos tangíveis	43 884	56 182	-12 298	-22%
Ativos intangíveis	77 808	101 920	-24 113	-24%
Sub total	121 691	158 102	-36 411	-23%
ATIVO CORRENTE				
Clientes, contribuintes e utentes	2 416 414	2 438 085	-21 671	-1%
Outras contas a receber	0	109 536	-109 536	-100%
Diferimentos	19 982	20 458	-475	-2%
Caixa e depósitos	9 771 254	8 423 304	1 347 950	16%
Sub total	12 207 651	10 991 383	1 216 268	11%
TOTAL DO ATIVO	12 329 342	11 149 485	1 179 857	11%
PATRIMÓNIO LIQUÍDO				
Resultados transitados	10 313 004	9 201 769	1 111 235	12%
Resultado líquido do exercício	1 459 405	1 111 235	348 170	31%
TOTAL DO PATRIMÓNIO LIQUÍDO	11 772 409	10 313 004	1 459 405	14%
PASSIVO				
PASSIVO CORRENTE				
Fornecedores	0	136	-136	
Estado e outros entes públicos	73 568	304 791	-231 223	-76%
Outras contas a pagar	483 365	531 554	-48 188	-9%
Sub total	556 933	836 345	-279 412	-33%
TOTAL DO PASSIVO	556 933	836 345	-279 412	-33%
PATRIMÓNIO LIQUÍDO + PASSIVO	12 329 342	11 149 349	1 179 993	11%

O IPAC encerrou novamente o exercício com um Balanço positivo, tendo aumentado o seu Ativo em 13% (11% em 2020), o Património Líquido em 14% (11% em 2020), e diminuído o seu Passivo em 33%.

As 'Outras contas a receber' incluem proveitos de avaliações realizadas no final do ano em balanço e a faturar no ano seguinte, e os 'Diferimentos' respeitam a quotizações do ano seguinte pagas no ano do balanço.

A diminuição do passivo com o Estado deriva de terem sido regularizados os impostos até final de ano. As 'Outras contas a pagar' integram custos com férias adquiridas no ano do balanço e a pagar no ano seguinte, gastos com avaliações estimados pagar só no ano seguinte, e pagamento do último trimestre do protocolo de serviços com IPQ. O elevado valor das dívidas de clientes advém do IPAC ter adotado uma política de responsabilidade social ativa para com os seus devedores, não iniciando imediatamente processos de cobrança coerciva de que poderiam resultar a inviabilização de algumas empresas, e conseqüente aumento do desemprego, em particular neste ano de recuperação da pandemia pelo COVID-19, em que forem permitidas moratórias. Não obstante, têm sido iniciados processos de execução fiscal para os casos mais antigos e nos termos da lei.

Foi também efetuado investimento em ativos fixos tangíveis e em ativos intangíveis, que respeitam essencialmente a equipamento e sistemas informáticos.

4 CONCLUSÕES

O ano de 2021 foi também marcado pela pandemia pelo COVID-19 - o seu impacto fez-se sentir a nível operacional e financeiro conforme detalhado nas secções anteriores, embora menos que em 2020, face à transição digital iniciada e também ao sucesso das medidas de combate à pandemia.

Os recursos humanos do IPAC (ver 2.1) aumentaram em 2 colaboradores face ao final do período homólogo, atingido o máximo histórico já registado em 2019. A taxa de rotatividade diminuiu (de 15% para 7%), mas continuando a requerer trabalho de integração de novos colaboradores. O aumento do número colaboradores ao longo do período anual refletiu-se na correspondente pontuação de recursos humanos obtida no QUAR (336 pontos em 2021 face a 329 em 2020), situando-se o preenchimento do Mapa de Postos de Trabalho em 92%. Nos recursos externos, houve um aumento de 17 elementos na Bolsa de Avaliadores, e sido acrescentadas 53 novas qualificações para fazer face ao aumento em quantidade e diversidade de intervenções em avaliações. Foi medida a satisfação dos colaboradores com o IPAC registando-se um valor global de 14,4 na escala de 0 a 20, denotando uma larga maioria de colaboradores satisfeitos.

O IPAC continuou a monitorizar o seu desempenho através de indicadores de processo, observando-se uma ligeira diminuição do tempo de fecho de processos (ver 2.4.6) face a 2020, concluindo-se que o principal obstáculo a uma melhoria significativa continua a ser o estrangulamento causado pela inexistência de dirigentes intermédios em quem possam ser delegadas diversas responsabilidades, incluindo a tomada de decisões de acreditação.

Continuou igualmente a ser monitorizado o risco de corrupção e infrações conexas (ver 2.4.4), verificando-se em 2021 de novo como resultado o 3º escalão de risco mais baixo na escala de 25 escalões, não se tendo verificado nenhum processo de risco elevado e apenas 4% de risco médio, mas sem ultrapassar a metade da escala de risco.

A satisfação medida através dos inquéritos a clientes (ver 2.4.5) indica que foi mantido o elevado padrão de atuação e tendo como referência o valor de 17,6 obtido para a satisfação global (numa escala de 0 a 20 valores), conclui-se que os clientes classificam o desempenho do IPAC como Muito Bom, perto do máximo histórico de 17,9. A elevada satisfação média com o desempenho das equipas avaliadoras - 19,1 numa escala de 0 a 20 (19,2 em 2020) - recompensa o esforço feito na sua seleção, treino, harmonização e monitorização. O baixo número de reclamações, inferior a 1% dos clientes e decisões (ver 2.4.5) é também consistente com as conclusões dos inquéritos de satisfação.

O IPAC tem em curso medidas que visam continuar e expandir as melhorias alcançadas, incluindo o reforçar do quadro de efetivos para reforçar a sua capacidade de resposta. Outra melhoria necessária, já sentida desde 2015, é o reforço da automatização e informatização dos principais processos e a melhoria da interface de comunicação com os clientes e avaliadores, tendo-se continuado o desenvolvimento e implementação de um novo software operacional (SIGA). Contudo, a deficiente resposta do fornecedor aliada à dificuldade de acompanhamento dos trabalhos por falta de pessoal especializado e disponibilidade do CD (face à ausência de dirigentes intermédios) para liderar o processo, comprometeu a rapidez e eficácia da iniciativa.

No campo operacional realça-se que foi fechada satisfatoriamente em 2021 a 2ª visita da avaliação pelos pares da EA (ocorrida em 2020), tendo sido confirmada a manutenção do IPAC em todos os Acordos de Reconhecimento Mútuo de que era signatário (EA, IAF e ILAC).

Em 2021, o IPAC continuou a aumentar o seu âmbito de intervenção, ao oferecer novos serviços de acreditação, quer no campo regulamentar no campo voluntário, em resposta às solicitações dos clientes e partes interessadas. Tal como nos anos anteriores, o desenvolvimento do serviço de acreditação para a ISO/IEC 17043 não foi possível face aos constrangimentos internos.

Foi finalmente concluída a transição do referencial de acreditação mais usado para uma nova versão (ISO/IEC 17025:2017, usado para acreditação de laboratórios de ensaio e calibração), a qual se revelou mais complexa que inicialmente previsto por causa da pandemia por COVID-19 que derogou o limite para a transição para 01-07-2021. No enquadramento europeu, a presunção de conformidade dada pela EN ISO/IEC 17025:2005 foi prolongada até aquela data. Por sua vez, o IPAC completou em 2020 a transição para a nova norma ISO/IEC 17011:2017 que rege o funcionamento dos organismos de acreditação - o sucesso desta transição foi confirmado pelo fecho com sucesso da avaliação pelos pares antes referida.

Os resultados operacionais alcançados (ver 3.1), com um total de 810 entidades acreditadas, representam um acrécimo de 1% face a 2020, e um novo máximo histórico, confirmando que a acreditação continua a ser exigida (e reconhecida) pelo mercado e pelos reguladores. O número de clientes totais do IPAC (878) superou o de 2020, tendo o número de candidaturas ultrapassado largamente as anulações o que assegura a tendência de crescimento. Foram realizadas 907 avaliações em 2021, um máximo histórico.

Os resultados económicos e financeiros (ver 3.2) são também positivos e animadores, com um Saldo de Gerência de 2021 de 1 551 669€, impulsionado pela contenção orçamental imposta à despesa, tendo-se atingido 85% de execução da despesa e 112% da receita (sem a integração do saldo anterior) - o Saldo de Gerência acumulado passou assim para 9 771 255€. Do ponto de vista financeiro, o Ativo aumentou 13%, o Passivo diminuiu 33%, e houve um acréscimo do Património Líquido em 14% - o total do Património Líquido apresenta agora um valor de 11 772 409€. A nível económico, houve uma nova diminuição dos gastos (-6%) e um aumento dos rendimentos (6%), conduzindo a um Resultado Líquido (1 459 405€) maior que no ano anterior.

Nota-se que todos estes resultados foram obtidos apenas com recurso a receitas próprias, dada a política de autossustentabilidade financeira total assumida desde a criação do IPAC.

As expetativas para 2022 são moderadamente positivas, pois embora a pandemia pelo COVID-19 não tenha terminado, as perspetivas são animadoras quanto à continuação da recuperação da economia. A tendência de incremento operacional reforça a convicção da crecente importância da acreditação no funcionamento da economia e da sociedade.

5 ANEXOS

5.1 QUAR 2021



QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO



Aprovado pelo Sr. Secretário de Estado Adjunto e da Economia em 15/12/2020

2021

Ministério da Economia e Transição Digital

Serviço: INSTITUTO PORTUGUÊS DE ACREDITAÇÃO, I.P. (IPAC)

MISSÃO: Prestar serviços de acreditação, nos termos previstos no Regulamento (CE) 765/2008.

VISÃO: Ser reconhecido em todas as áreas de atuação como uma referência de credibilidade e confiança, a nível nacional e internacional.

Objectivos Estratégicos

OE1: Garantir o cumprimento por parte do IPAC do Regulamento (CE) nº 765/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho de 9 julho de 2008.

OE2: Melhorar a eficiência e qualidade dos serviços de acreditação prestados, de forma a contribuir para o aumento da competitividade da economia e a melhoria da qualidade de vida.

OE3: Promover a imagem do IPAC, da acreditação e dos organismos acreditados pelo IPAC a nível nacional e internacional.

Objectivos Operacionais

										Ponderação	
Eficácia											30%
O1. – Manter o estatuto de signatário dos acordos de reconhecimento da EA										Peso	90%
INDICADORES	2019	2020	META 2021	Tolerância	Valor crítico	PESO	Monitorização (30 de junho)	RESULTADO FINAL	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	
Ind 1 – Número de acordos de reconhecimento mútuos da EA subscreitos	7	8	7	0	8	100%	8	8	125%	Superou	
O2. – Assegurar a participação activa nas infra-estruturas europeias e internacionais de acreditação										Peso	10%
INDICADORES	2019	2020	META 2021	Tolerância	Valor crítico	PESO	Monitorização (30 de junho)	RESULTADO FINAL	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	
Ind 2 - Taxa de resposta a votações ou comentários de documentos EA, ILAC e IAF	100%	96%	92%	2%	100%	100%	92%	97%	116%	Superou	
Eficiência										Ponderação	20%
O3. – Melhorar a eficiência das actividades operacionais desenvolvidas										Peso	100%
INDICADORES	2019	2020	META 2021	Tolerância	Valor crítico	PESO	Monitorização (30 de junho)	RESULTADO FINAL	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	
Ind 3 - Taxa de cumprimento do planeamento de avaliações	99%	99%	80%	2%	100%	30%	65%	99%	124%	Superou	
Ind 4 - Taxa de avaliações fechadas em 6 meses após a sua realização	73%	81%	60%	2%	78%	20%	63%	82%	131%	Superou	
Ind 5 - Taxa de avaliações fechadas em 10 meses após a sua realização	94%	95%	88%	2%	100%	20%	87%	96%	117%	Superou	
Ind 6 - Taxa de emissão de Anexos Técnicos no prazo de 10 dias úteis após a respetiva decisão	98%	98%	92%	3%	100%	30%	92%	97%	116%	Superou	
Qualidade										Ponderação	50%
O4. – Melhorar a qualidade e satisfação interna e externa com os serviços prestados pelo IPAC										Peso	40%
INDICADORES	2019	2020	META 2021	Tolerância	Valor crítico	PESO	Monitorização (30 de junho)	RESULTADO FINAL	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	
Ind 7 - Índice de satisfação global dos clientes	17,9	17,6	16,7	0,3	20	100%	17,5	17,6	107%	Superou	
O5. – Garantir a boa gestão dos trabalhadores, designadamente nos domínios da segurança e da saúde no trabalho, da conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar e da motivação										Peso	60%
INDICADORES	2019	2020	META 2021	Tolerância	Valor crítico	PESO	Monitorização (30 de junho)	RESULTADO FINAL	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	
Ind 8 - Número de consultas de medicina no trabalho disponibilizadas anualmente aos trabalhadores	NA	38	40	5	52	30%	27	51	123%	Superou	
Ind 9 - Taxa de auscultação dos colaboradores na elaboração de regulamentos internos e procedimentos operativos que os afetem	NA	NA	70%	5%	94%	30%	90%	94%	125%	Superou	
Ind 10 - Nº medidas de motivação implementadas para fazer face a necessidades manifestadas pelos trabalhadores	NA	3	1	0	2	40%	0	3	150%	Superou	
Objectivos Relevantes: O1, O4 e O5											

JUSTIFICAÇÃO DO VALOR CRÍTICO

Ind 1 - N° máximo de acordos previstos disponibilizar pela EA em 2020 aplicáveis ao IPAC
Ind 2 - Aplicação da taxa de esforço de 1,25, com teto de 100%
Ind 3 - Aplicação da taxa de esforço de 1,25, com teto de 100%
Ind 4 - Aplicação da taxa de esforço de 1,25, com teto de 100%
Ind 5 - Aplicação da taxa de esforço de 1,25, com teto de 100%
Ind 6 - Aplicação da taxa de esforço de 1,25, com teto de 100%
Ind 7 - Aplicação da taxa de esforço de 1,25, com teto de 20,00 valores
Ind 8 - Aplicação da taxa de esforço de 1,25, com teto de 52 semanas
Ind 9 - Aplicação da taxa de esforço de 1,25, com limite de 100%
Ind 10 - Aplicação da taxa de esforço de 1,25, com arredondamento à unidade

Fórmula de calculo	Fonte de Verificação
Ind 1 Contagem simples	Documento EA-INF/03
Ind 2 N° documentos votados e comentados /N° total de documentos submetidos a comentário ou votação	Base de dados interna
Ind 3 N° Avaliações executadas no ano / N° total Avaliações planeadas no ano	Base de dados interna
Ind 4 N° Avaliações fechadas em 6 meses / N° total Avaliações fechadas no ano	Base de dados interna
Ind 5 N° Avaliações fechadas em 10 meses / N° total Avaliações fechadas no ano	Base de dados interna
Ind 6 N° ATE emitidos em 10 dias úteis no ano / N° total ATE emitidos no ano	Base de dados interna
Ind 7 Valor médio de resposta à pergunta de satisfação global com IPAC do inquérito anual, convertido para escala 0 a 20	Base de dados interna
Ind 8 Contagem simples	Base de dados interna
Ind 9 N° documentos sujeitos a auscultação /N° total de documentos aprovados	Base de dados interna
Ind 10 Contagem simples	Base de dados interna

Recursos Humanos

DESIGNAÇÃO	PONTUAÇÃO	N.º EFECTIVOS PLANEADOS (Mapa de Pessoal)	PONTOS PLANEADOS	PONTOS EXECUTADOS 30 Junho/31 dezembro	N.º EFETIVOS 30 Junho/31dezembro (Balanço Social)	DESVIO/ Pontos
Dirigentes - Direcção Superior	20	2	40	40	2,0	0
Dirigentes - Direcção intermédia e chefes de equipa	16	0	0	0	0,0	0
Técnico Superior - (inclui especialistas de informática)	12	23	276	248	20,7	-28
Coordenador Técnico - (inclui chefes de secção)	9	0	0	0	0,0	0
Assistente Técnico - (inclui técnicos de informática)	8	6	48	48	6,0	0
Assistente operacional	5	0	0	0	0,0	0
Total		31	364	336	29	-28

Recursos Financeiros

Unidade: euros

DESIGNAÇÃO	PLANEADOS	AJUSTADOS	EXECUTADOS (30 Junho)	EXECUTADOS (31 dezembro)	DESVIO
Orçamento de funcionamento (OF)	4 253 030	4 001 451	1 285 335	3 417 112	-584 339
Despesas c/Pessoal	1 226 630	1 226 630	439 520	985 512	-241 118
Aquisições de Bens e Serviços	1 966 500	1 614 680	482 644	1 358 690	-254 990
Transferências correntes	176 204	161 204	41 507	152 080	-9 124
Outras despesas correntes	721 326	898 567	303 749	851 131	-47 436
Aquisição de bens de capital	162 370	100 370	17 915	68 700	-31 670
Orçamento de Investimento (OI)	0	0	0	0	0
PIDDAC	0				
.....	0				
Outros	0				
TOTAL (OF+OI+Outros)	4 253 030	4 001 451	1 285 335	3 417 112	-584 339

Parâmetros

Eficácia (30%)	Eficiência (20%)	Qualidade (50%)	AVALIAÇÃO FINAL
37,2%	24,3%	61,7%	123,2%

JUSTIFICAÇÃO DOS DESVIOS

- Ind 1 Objetivo superado, fruto do esforço continuado e persistente da equipa.
- Ind 2 Objetivo superado. Uma monitorização atenta deste indicador conjugada com uma adequada consciencialização interna permitiu a superação do objetivo.
- Ind 3 Apesar da pandemia pelo COVID-19 ter obrigado a diversos adiamentos no plano de avaliações anual, o esforço da equipa permitiu a recuperação e superação do objetivo.
- Ind 4 Objetivo superado. Uma monitorização atenta deste indicador conjugada com uma adequada consciencialização interna permitiu a superação do objetivo.
- Ind 5 Objetivo superado. Uma monitorização atenta deste indicador conjugada com uma adequada consciencialização interna permitiu a superação do objetivo.
- Ind 6 Objetivo superado. Uma monitorização atenta deste indicador conjugada com uma adequada consciencialização interna permitiu a superação do objetivo.
- Ind 7 Objetivo superado, foi feito um esforço para melhor entender e corresponder às expetativas dos clientes.
- Ind 8 Objetivo superado, apesar da pandemia ter dificultado a realização das consultas.
- Ind 9 Objetivo superado, a auscultação quase sistemática é uma prática de gestão implementada.
- Ind10 Objetivo superado, foram implementadas 3 medidas de conciliação solicitadas pelos colaboradores.

RELAÇÃO entre OBJETIVOS ESTRATÉGICOS e OBJETIVOS OPERACIONAIS

IPAC	Obj Op 1	Obj Op 2	Obj Op 3	Obj Op 4	Obj Op 5
Objetivo Estratégico 1	x	x			
Objetivo Estratégico 2			x	x	x
Objetivo Estratégico 3		x		x	x

Certificados de adesão aos Acordos de Reconhecimento Mútuos



EA MULTILATERAL AGREEMENT

IPAC
Instituto Portugues de Acreditacao

is a signatory to the European co-operation for Accreditation (EA) Multilateral Agreement (MLA) in compliance with the internationally accepted criteria ISO/IEC 17011 for accreditation of:

Testing	4 April 2006
Calibration	4 April 2006
Certification of Products	4 April 2006
Certification of persons	4 April 2006
Management systems certification	4 April 2006
Inspection	4 April 2006
Verification	3 October 2014

Authorised signature on behalf of
EA MLA Signatories



Nicole Meuris-Vanlaethem
Chair of the EA MLA Council

An accreditation body that is a signatory to the EA MLA undergoes regular peer evaluation. Current signatories' status can be seen on the EA website.



ILAC MUTUAL RECOGNITION ARRANGEMENT

This is to acknowledge that having fulfilled the requirements of the
ILAC Mutual Recognition Arrangement,

*Instituto Portugues de Acreditacao
(IPAC)*

is a signatory to the Arrangement.

Scope of Recognition:

Testing, Calibration and Inspection

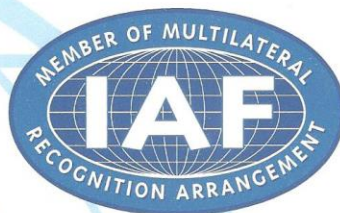
The ILAC Arrangement supports international trade by promoting international confidence
and acceptance of accredited laboratory and inspection results.

Date: January 2013

A handwritten signature in blue ink, which appears to read "Peter Unger".

Peter Unger

This certificate is for promotional use only. Refer to the ILAC website for current signatory status.



IAF MULTILATERAL RECOGNITION ARRANGEMENT

This is to acknowledge that having fulfilled the requirements of the
IAF Multilateral Recognition Arrangement,

Portuguese Institute for Accreditation (IPAC)
Portugal

is a signatory to the Arrangement.

Scope of recognition:

Environmental Management Systems (18 March 2006)

Quality Management Systems (18 March 2006)

Product Certification (18 March 2006)

The IAF MLA supports international trade by providing confidence that conformance to the requirements as defined in the standards of the relevant conformity assessment schemes for product and systems have been demonstrated.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Dr. Facklam', is written over a horizontal line.

Dr Thomas Facklam
Chairman

International Accreditation Forum, Inc.
18 March 2006

This certificate remains the property of IAF and must be returned on request.
This certificate is for promotional use only. Refer to the IAF website for current signatory status.



International Accreditation Forum, Inc. (IAF)

Be it known that the

**PORTUGUESE INSTITUTE FOR ACCREDITATION
(IPAC), PORTUGAL**

has been accepted as a Member
of the

*International Accreditation Forum, Inc.
Multilateral Recognition
Arrangement*

for the following:

Main Scope: GHG Validation and Verification – ISO 14065 (11 May 2018)

The Member on behalf of which this sheet is signed commits itself to comply with the requirements and obligations of Members of the IAF MLA.

Leopoldo Cortez
President,
Portuguese Institute for Accreditation
DATE: 30 October 2018

Xiao Jianhua
Chair,
International Accreditation Forum, Inc.
DATE: 30 October 2018

5.2 Símbolos de acreditação do IPAC

Consultar o Regulamento de Símbolos de Acreditação ([DRC002](#)) antes de usar ou referenciar.

Símbolos de Acreditação:

Laboratórios:



Organismos de Inspeção:



Organismos de Certificação:



Organismos de Verificação:



Bandeira 'Entidade Acreditada':



Símbolos combinados MLA do ILAC e IAF:



Símbolo 'Certificação Acreditada':



A equipa de trabalho em 2021 integrou os seguintes 29 elementos:

Alberto Mosqueira (UaOC)
Alexandra Mesquita (UaL)
Alexandra Morazzo (UaL)
Ana Abreu (UAG)
Ana Paula Martins (UAG)
Ana Rita Madeira (UaOI)
Andreia Geraldo (UaOC)
Carla Simões (UaL)
Cláudia Rocha (UAG)
Cristina Oliveira (UaL)
Elsa Ferreira (UAG)
Elsa Mendes (UaOI)
Helena Marques (UAG)
Henrique Lopes (UaL)
Irene Lopes (UaL)
Jorge Sousa (UAG)
Leopoldo Cortez (Presidente)
Margarida Neto (UaOI)
Paulo Tavares (Vice-Presidente)
Paula Martins (AJURI)
Paula Gouveia (UAG)
Paula Pereira (UaL)
Patrícia Barbosa (UAG)
Patrícia Rodrigues (UaOC)
Rita Miguel (UaL)
Rosa Maricato (UaL)
Rui Galante (UaL)
Rui Rodrigues (UaOI)
Sara Pereira (UAG)